

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da. Flávio Jorge Rodrigues da Silva (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Flávio Jorge Rodrigues da Silva
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 20/07/2004

Duração: 1h 55min

Arquivo digital - vídeo: 2; Fita cassete: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado justificou-se, entre outras coisas, por ter sido um dos fundadores da Soweto - Organização Negra e pela sua participação na comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen).

Temas: Discriminação racial; Esquerda; Fernando Henrique Cardoso; Imprensa alternativa; Luiza Erundina de Sousa; Movimento estudantil; Movimento negro; Movimentos políticos; Partido dos Trabalhadores - PT; Pontifícia Universidade Católica; Racismo; São Paulo;

Sumário

Entrevista: 20.07.2004

Fita 1-A: origens familiares; infância na cidade de Paraguaçu (SP); influência da avó na formação intelectual do entrevistado; problemas enfrentados na ida para São Paulo, capital; recordações sobre a passagem do entrevistado pela Escola Técnica de Contabilidade (SP); primeiros contatos com a política, ainda em Paraguaçu, através de um grupo de jovens do Rotary Clube ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); comentários sobre as festas juninas da região; questões raciais presentes nas festividades da cidade, devido à influência de remanescentes de um quilombo da região; comentários sobre a passagem do entrevistado pelo exército em Mato Grosso; o retorno para São Paulo após o serviço militar; motivos pelos quais o entrevistado fez a escolha de carreira profissional por ciências contábeis na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); comentários sobre a atividade de office-boy paralela à faculdade; primeiros contatos com o movimento estudantil na PUC-SP; detalhes sobre a entrada para o núcleo estudantil do movimento Liga Operária; participação no diretório acadêmico das escolas de Economia, Administração e Ciências Contábeis da PUC-SP (1976); participação na comissão pró-DCE livre da PUC-SP (1977); contatos com o Núcleo Negro Socialista da Liga Operária; comentários sobre o jornal negro Versus; importância do Jornal clandestino Árvore das palavras do Núcleo Negro Socialista; considerações sobre a fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, futuro Movimento Negro Unificado (MNU, 1977-78).

Fita 1-B: comentários sobre a impossibilidade de integrar o Núcleo Negro Socialista da Liga Operária; participação do entrevistado na organização de Grupo Negro da PUC; relato sobre as origens do MNU; contatos com Abdias do Nascimento na PUC-SP; atuação acadêmica de Abdias do Nascimento; balanço sobre o Terceiro Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado na PUC-SP (1982); detalhes sobre os primeiros contatos com o Partido dos Trabalhadores (PT), na época da fundação; importância de Milton Barbosa para o movimento negro; contatos com o sociólogo Florestan Fernandes; participação do entrevistado na Comissão do Centenário da Abolição do PT; relevância da criação da Fundação Palmares (1988); comentários sobre as divergências entre o MNU e o Grupo Negro da PUC; contatos com Amauri Pereira e Yedo Ferreira; considerações sobre o jornal Sinba; entrada do entrevistado na organização negra Soweto (1991).

Fita 2-A: participação do entrevistado na organização do Primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras (1991); atuação do entrevistado no governo de Luisa Erundina, na prefeitura de São Paulo; avaliação dos atos de comemoração do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares; comentários sobre a criação do grupo de trabalho interministerial, no governo Fernando Henrique, dirigido pelo Hélio Santos, para formular uma discussão de políticas públicas sobre a questão racial (1995); importância da criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT (1995); eleição do entrevistado para primeiro secretário nacional de combate ao racismo do PT (1995); participação da organização Soweto na área de educação e no meio acadêmico; papel das mulheres na organização Soweto; balanço da Conferência Mundial contra o Racismo em Durban (2001); discussão sobre a luta contra o racismo para além da discriminação dos negros; debate sobre as ações

afirmativas governamentais para negros; considerações sobre as cotas para negros nas universidades.

Fita 2-B: opinião sobre a relação entre as novas gerações e o movimento negro; balanço da vida profissional do entrevistado; comentários sobre a Fundação Perseu Abramo; discussão sobre a questão urbana em São Paulo; balanço geral da trajetória do movimento negro; considerações sobre os protestos na comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil (2000); contatos com lideranças indígenas durante os protestos; o sectarismo racial no bairro Ipiranga (São Paulo); perspectivas sobre o futuro da questão racial no Brasil; comentários sobre as memórias da avó sobre o bisavô Jorge.

Entrevista: 20.07.2004

V.A. – Nós gostaríamos de começar, um pouco conversando sobre a sua trajetória de vida mesmo, como é que o senhor chegou no quadro do movimento negro do Brasil. E para isso a gente gostaria de saber desde o começo mesmo, quer dizer: onde o senhor nasceu, pais, quando o senhor nasceu, o que fazia o pai, a mãe, se tem irmão, sua formação, socialização...

F.J. – Bom, eu nasci em uma cidade do interior de São Paulo.

V.A. – Chamada?

F.J. – Uma cidade chamada Paraguaçu Paulista. Eu nasci no dia 7/02/1953, tenho 51 anos. Meus pais ainda estão vivos. Meu pai se chama Francisco Jorge da Silva e minha mãe é Lydia Rodrigues Jorge da Silva. Meu pai tem 77 anos e minha mãe tem 72 anos.

V.A. – O senhor tem irmãos?

F.J. – Tenho mais dois irmãos sim.

V.A. – Homens?

F.J. – Um irmão, mais um homem, chamado Paulo e uma irmã chamada Mariana. A Mariana, minha irmã, leva o nome da minha avó, que tem uma influência muito grande na minha vida e na minha própria militância.

V.A. – A avó materna ou paterna?

F.J. – Avó paterna. A minha avó é uma pessoa muito importante na minha vida, ela teve treze filhos e desses treze filhos, doze morreram. Ela é natural do Estado de Minas Gerais e ela tem uma trajetória que é a de quase todos nós negros, que é sair do Estado de Minas em busca de emprego no interior de São Paulo. Ela é uma filha de escravo. O Jorge que faz parte do meu nome é oriundo dessa pessoa que foi escrava.

V.A. – O pai dela?

F.J. – O pai dela que se chamava Joaquim Jorge. E por insistência dela, e por isso que eu acho que influencia, ela criou a chamada dinastia dos Jorges. Então eu me chamo Flávio Jorge, a minha irmã, Mariana Jorge, o Paulo, Paulo Jorge. Eu tenho dois filhos e meus filhos se chamam, meu filho Pedro se chama Pedro Jorge, minha filha se chama Marina Jorge. Os filhos do meu irmão também, a menina se chama Maria Lydia Jorge...

V.A. – Lydia por causa de sua mãe?

F.J. – Isso. Só para vocês terem uma ideia de como ela tinha, do jeito dela, uma consciência racial.

V.A. – Agora, dos treze filhos, apenas o seu pai...

F.J. – Apenas o meu pai sobreviveu. A maioria de morte natural, mas de doenças decorrentes da vida difícil que eles levaram, sempre morando em fazendas, em condições precárias de vida. E eles morreram, quase todos, de doenças que na época... Doenças tipo Tifo, coisas assim, que eu nem sei direito o que é. Mas a maioria deles vitimados por esse tipo de doenças. Meus pais... Meu pai conseguiu concluir o curso primário.

V.A. – Ele nasceu em Minas, ou ele já nasceu no interior de São Paulo?

F.J. – Nasceu em Minas e veio com ela para cá. Chega em Paraguaçu, parece que, com oito anos de idade, nessa cidade onde eu nasci. Meu pai tem curso primário, a minha mãe não conseguiu concluir nem o primário. São originários da roça, e eu tive uma infância bastante difícil mas muito rica. Paraguaçu é uma cidade que atualmente tem 40.000 habitantes, a gente nasceu em uma zona rural e meus pais trabalhavam na roça.

V.A. – A sua mãe é de Paraguaçu mesmo?

F.J. – Não. Minha mãe é de uma cidade próxima de lá, de uma cidade chamada Quatá. E ela conheceu meu pai, os dois se casaram lá e eu passei a minha infância quase toda na zona rural trabalhando em fazendas, a exemplo deles assim... Meus primeiros empregos foram de entregador de leite e colhedor de amendoim e algodão, para vocês terem uma ideia. E quando eu falo da minha avó, a influência dela é bastante grande, e eu acho que a primeira atividade antirracismo que eu tive foi motivada pela minha avó. Eu sempre conto isso porque eu acho que é muito importante: quando eu fiz sete anos eu comecei a frequentar a escola e tem um episódio muito grande que marcou bastante minha vida. Naquele tempo a gente tinha umas bolsas de coroa pequenas assim, acho que eram bolsas tradicionais, todo menino ou menina tinha esse tipo de bolsa. Aí o primeiro dia que eu fui para a escola eu recebi um caderno, um lápis e, estranhamente, a minha avó colocou na bolsa um pedaço de madeira. Ela pegou um cabo de vassoura, cortou em dois pedaços, um para mim e outro para o meu irmão e falou: “Agora vocês vão para a escola. Vocês vão passar por momentos muito difíceis. Quando alguém chamar vocês de neguinhos, você pega esse pau e desça o sarrafo.” Então por isso que eu acho que foi assim a primeira manifestação, a primeira atividade antirracismo que eu tive, motivada pela minha avó. Como era uma pessoa de personalidade muito forte, ela era curandeira, então, a partir daquele momento eu comecei a ter um contato com o racismo e com a diferença existente entre brancos e negros. Eu acho que esse fato é bastante significativo.

Eu morei no interior de São Paulo até os dezessete anos.

V.A. – Mas o senhor chegou a ter um episódio na escola, ou aquela madeira era mais a garantia?

F.J. – Era mais uma garantia sim. É claro que você se sentia mais seguro com aquele porrete que você tinha dentro da bolsa, frente a qualquer manifestação de racismo. Mas eu acho que até pela educação que eu recebi, embora tenha sido uma infância bastante difícil, a gente sempre, desde as primeiras idas à escola, a gente já conseguiu se manifestar, ser liderança, conseguir ser os melhores alunos da classe. Então isso, de certa forma, já projetou uma figura, embora criança, uma figura diferente que sabia enfrentar a vida difícil que a gente estava começando. Mas eu acho que esse fato é bastante importante sim.

V.A. – E seu irmão?

F.J. – Eu venho para São Paulo com dezessete anos de idade...

V.A. – Só um instante. O seu irmão Paulo entrou na escola junto com o senhor?

F.J. – Entrou.

V.A. – Os dois juntos?

F.J. – Ele tem uma diferença de um ano de idade.

V.A. – Ele é mais novo?

F.J. – Ele é mais novo que eu. Eu sou o mais velho da família sim. Vem meu irmão e depois vem...

V.A. – Então quando o senhor estava em idade escolar ele foi junto?

F.J. – Ele foi junto. A minha família conseguiu matricular os dois porque a diferença de idade era muito pouca, na época agente conseguia fazer esse tipo de matrícula independente da idade. Até facilitava. Como a gente morava longe, o fato de eu ir para a escola junto com ele foi o motivo da gente ter entrando junto na escola.

V.A. – E a sua avó morava com o senhor em casa?

F.J. – Morava junto com os meus pais.

V.A. – E o avô?

F.J. – O avô já tinha morrido, já há muito tempo. Eu não conheci esse meu avô, eu só conheci minha avó paterna e meus dois avós maternos. Meus avós saíram da região e

vieram morar aqui na região de Sorocaba. Então é um outro ramo da família que a gente até nem tem muito contato, porque eu sou de uma região de São Paulo e eles são de outra, então nosso contato é mais pontual. Mas o grande contato que eu tive foi o da minha família do lado mais paterno através do contato com a minha avó.

Aí eu venho para São Paulo com dezessete anos.

V.A. – Por que o senhor veio para São Paulo?

F.J. – Em busca de emprego e educação. Eu estudei até o técnico em Contabilidade no interior de São Paulo. Com dezessete anos já tinha concluído meus estudos, aí eu vim para São Paulo em busca de emprego.

A.P. – Veio sozinho para São Paulo?

F.J. – Vim sozinho.

V.A. – Tinha conhecimento aqui, alguém?

F.J. – Não. Nunca tinha morado em São Paulo. Viemos eu e um amigo meu, também da mesma idade, viemos morar aqui em São Paulo. Foi um choque porque você sai de uma cidade que hoje tem 40.000, na época devia ter 30.000.

V.A. – Esse curso técnico foi feito em Paraguaçu mesmo?

F.J. – Em Paraguaçu Paulista sim.

V.A. – Lá tinha uma escola técnica?

F.J. – Tinha uma escola técnica de contabilidade. Era um colégio particular, mas na época meu pai já trabalhava em uma agência de automóveis, que ele conseguiu chegar a ser auxiliar administrativo desta agência de automóveis. Lá ele tinha um patrão que investia muito no estudo dos filhos dos empregados. Então, através desse auxílio

educação que meu pai recebia no emprego dele, eu consegui cursar o curso técnico de Contabilidade.

V.A. – E seu irmão também cursou?

F.J. – Conseguiu, também no mesmo esquema.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. – E a irmã do senhor, também estudou?

F.J. – A minha irmã terminou o ginásio. Ela não chegou a ir além. Ela parou aí porque... Isso é um problema sério: eu vim para São Paulo, três anos depois meu irmão também veio, e minha irmã ficou junto com meus pais lá em Paraguaçu. Meu irmão também mora em São Paulo. Mas como eu estava dizendo, eu acho que com o auxílio desse patrão do meu pai, e a firma que ele trabalhava tinha um auxílio educação, que possibilitou que eu concluísse o curso técnico de Contabilidade. Aí, quando eu pego o diploma eu venho para São Paulo. Com dezessete anos, nessas condições que eu te falei. Hoje eu não sei se eu faria a mesma coisa, mas na época eu fiz isso assim. Eu vim para cá, fiquei um ano e não consegui escapar do exército. Fui destacado para fazer o exército aqui na região de Osasco, isso já era época de 1970, por aí, os anos de repressão. Eu já tinha noção do que era a vida política no país. Influência que eu tinha lá de Paraguaçu.

V.A. – De onde?

F.J. – Tinha um grupo que tinha relações com o Partido Comunista lá em Paraguaçu, que de certa forma introduziu a gente na política. Eles atuavam através do Rotary Clube. Esse grupo do Partido Comunista.

V.A. – Gente, que coisa interessante.

F.J. – E eles criaram lá em Paraguaçu uma organização que era... Acho que até hoje existe, que eram organizações de juventude rotariana, chamava Interarte Clube. Acho que tem uma ramificação de juventude dentro do Rotary Clube. E esse grupo do Partido Comunista atuava por dentro do Rotary, basicamente com juventude. E tinha um agrupamento, eram três pessoas que dirigiam esse núcleo do Rotary lá dentro.

V.A. – E os três eram ligados ao Partido Comunista?

F.J. – É, os três eram ligados ao Partido Comunista. Dois deles participaram da guerrilha na época. Eu vim saber isso depois, na época eu não tinha a menor noção. E um deles permanece até hoje em Paraguaçu. Dois deles eu não sei para onde foram parar. Mas eles ministravam cursos para a gente, de uma forma muito tímida porque era o que o período permitia. Ensinavam jogos para a gente, xadrez. Eu aprendi a jogar xadrez com essas pessoas. Então a minha iniciação política foi de uma forma velada, mas eu já tinha noção do que era o Brasil naquela época.

V.A. – E eles ensinavam com base em livros ou discussões?

F.J. – Livros, discussões...

V.A. – Quais são os livros, o senhor se lembra?

F.J. – História do Brasil, eles contavam um pouco da história do Brasil. Não tinha nenhum livro de cunho político aberto assim não. Literatura, a gente lia muito Machado de Assis. Fui introduzido no debate sobre Machado de Assis através desse agrupamento. Era uma forma que eles passavam uma formação política para a gente de uma forma indireta, que era o que dava para fazer naquela época.

V.A. – O senhor lembra dos nomes dessas três pessoas?

F.J. – Não lembro, agora eu não vou conseguir, mas depois eu posso, eu tenho anotado em algum lugar lá em casa sim.

A.P. – Tinha alguma discussão sobre a questão racial?

F.J. – Não. Sobre a questão racial, nada. Tinha através de algumas festas que a gente participava lá na região. Tinha a ver com a questão racial, mas nunca de uma forma direta. Mas pela própria família eu participava de algumas festas e eles também participavam dessas festas. Era um grupo muito atuante que tem bastante importância na minha vida. Eu vim para São Paulo...

V.A. – Quais são as festas lá?

F.J. – Lá as festas juninas da região têm um recorte racial por influência de um quilombo que tinha lá perto da região. Então se têm as festas natalinas também, festas de reis, sempre tinham os reis negros, aquelas coisas assim.

V.A. – E a junina, como é que era esse recorte racial?

F.J. – Era um forró que era realizado em uma região, que era organizado por uma família negra da região. E eles davam um tom a festa junina, um tom racial. Eu achava... Só depois que eu fui entender isso. Na época eu não entendia.

Mas eu venho para São Paulo, eu não consigo escapar do exército. E como eu ia ser destacado para a região de Osasco, eu já sabia que Osasco era uma região barra pesada. Era um núcleo do exército muito grande assim. Tudo intuição, pouca formação política até então. Aí eu volto...

V.A. – É porque teve a greve em Osasco em 1968, que foi muito reprimida.

F.J. – Isso. Já tinha lido alguma coisa sobre aquilo. Aí eu volto e resolvo fazer o exército no Mato Grosso, porque Paraguaçu é próximo da fronteira do Mato Grosso. Eu faço o exército no Mato Grosso, fico um ano, de dezoito a dezenove anos, e volto para São Paulo novamente porque meu interesse era ficar aqui. Porque eu achei que aqui que eu poderia ter alguma ascensão profissional e em educação. Aí, essa volta aqui para São Paulo tem uma importância bastante grande, porque eu tento entrar para a universidade nessa época. Quando eu volto com dezenove para vinte anos, eu começo a tentar

ingressar na universidade. Eu prestei vestibular duas vezes na Universidade de São Paulo. Na época eu pretendia fazer História. E não consegui entrar na universidade. Essas duas tentativas deram erradas. Aí eu mudo, eu falo assim: “Eu vou tentar um curso que possibilite eu ter um emprego mais imediato, mais decente.” Eu presto, na PUC de São Paulo, vestibular para Ciências Contábeis.

V.A. – O senhor já tinha feito a escola técnica...

F.J. – Já tinha feito a escola técnica e trabalhava de *office boy* em São Paulo.

V.A. – Só um instante. O senhor trabalhava de *office boy*?

F.J. – De *office boy* em São Paulo.

V.A. – Eu ia perguntar mesmo como é que o senhor conseguia se manter.

F.J. – É, foi uma loucura, porque eu trabalhava de *office boy* em São Paulo quando eu vim para cá, sem conhecer São Paulo. Então você imagina como é que era isso. Morava em uma pensão e era *office boy*. Aí já estava morando com esse amigo meu. Depois nós organizamos uma república. Quando eu volto, a gente já vem mais organizado. A experiência de exército para mim foi muito importante porque, embora fosse exército, eu aprendi muita noção de organização, de vida. O exército tem esse papel na vida da gente que é jovem e pobre. A gente não deve menosprezar esse lado. Aí eu já volto com mais força. Aí volto, já convenço mais dois amigos a vir para cá e a gente consegue montar uma república. E aí eu já venho morar aqui na região do Ipiranga, aonde moro até hoje. Aí eu entro lá na PUC de São Paulo, no curso de Ciências Contábeis. E aí eu começo a ter um contato com a vida política mais para valer.

V.A. – O senhor entrou na PUC em que ano, o senhor sabe dizer?

F.J. – Eu tenho 51, na época eu tinha... Tenho que fazer a conta. 1974.

A.P. – A PUC é uma universidade particular...

F.J. – É. Mas aí tem a ver também com uma discussão que a gente faz hoje, que é o acesso a educação, que mais na frente eu resgato, como é que a gente se virou na PUC. Eu entrei na PUC, e aí também, eu trabalhava em uma empresa que também tinha um auxílio educação. Eu sempre dei sorte nesse sentido. E eles pagavam 50% dos estudos do pessoal mais jovem. Era um empresário ligado ao setor elétrico. É um cara super interessante.

V.A. – Qual era a empresa?

F.J. – Elétrica São Bento, o nome da empresa. Eles tinham também, dentro dela um auxílio educação para jovens que queriam crescer dentro da empresa. Era bem essa a lógica deles. Aí eu entro na PUC, já venho com uma formação política mais avançada e conheço dentro da universidade, isso em 1974, um grupo – isso já na metade do ano. Eu ingresso em 1974 na PUC. A PUC começava a ter um movimento de abertura política internamente movido pelos professores que atuavam lá dentro. E eu participo do primeiro trote que foi realizado na época, sem ser esse trote mais violento. Organizado por um núcleo dentro da faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, que estava tentando reorganizar o diretório acadêmico de lá. E eles tinham um grupo de teatro, e nesse trote que foi feito eu entro nesse grupo de teatro. E seis meses depois...

V.A. – Mas o senhor é calouro que vai sofrer o trote?

F.J. – Calouro. É, mas era um trote já diferente.

V.A. – Mais inteligente.

F.J. – É.

V.A. – E o senhor teve que participar do grupo de teatro?

F.J. – Do grupo de teatro.

V.A. – Isso era a penalidade do trote?

F.J. – A penalidade que eu recebi, e aí eu começo a ingressar. E esse grupo era dirigido por um agrupamento que se chamava Liga Operária. Era um grupo clandestino que atuava dentro da universidade. Um grupo trotskista até. Depois tinha o PC do B e tinha um núcleo ligado ao PC do B, e esse grupo mais ligado aos **[incompreensível]** lá da época. Mas um grupo de gente muito interessante. Aí eu começo a ter relação mais com a política. Sete meses depois que eu estava dentro da universidade, eu fui passar umas férias com esse pessoal do grupo de teatro, e eu sou convidado para entrar na Liga Operária. Para mim foi um choque porque eu não tinha nem noção de que existiam grupos clandestinos dentro da universidade. Já era o final da luta armada no Brasil, 1974.

V.A. – Já era governo Geisel.

F.J. – Era governo Geisel. Esse núcleo do PC do B ainda tinha gente que fazia a luta armada. Eu vim saber isso mais tarde. Esse núcleo era contrário à luta armada porque tinha uma outra visão de organização política e estava investindo muito na organização estudantil.

V.A. – E eles tinham também ligação operária? Chamava-se Liga Operária, ou era menos?

F.J. – Tinha. Era uma ligação muito frágil, até por...

V.A. – Menos com os operários e mais com os estudantes.

F.J. – Menos com os operários e mais com os estudantes, e o nome era Liga Operária. Um grupo muito interessante. Se vocês estudarem a formação da Convergência Socialista, esse grupo é um dos núcleos que, aqui em São Paulo, estrutura a Convergência Socialista. Agora, o que esse grupo tem de importante? Eu começo a militar no movimento estudantil da época e um ano e meio depois a gente consegue criar uma primeira diretoria dentro do diretório acadêmico, que era um diretório que

centralizava as escolas de Economia, Administração e Ciências Contábeis. Eu já, pela participação, começo a virar uma liderança dentro da escola que eu pertencia, que era a escola de Ciências Contábeis. Eu vou estudando e vou entrando na militância política. E faço parte da primeira diretoria desse centro acadêmico depois. Um ano e meio a gente cria o diretório acadêmico e na sequência a gente cria o primeiro centro acadêmico da universidade, construído por uma aliança desse grupo ligado a Liga Operária com o grupo do PC do B lá dentro. Era uma frente que a gente construiu para tentar reconstruir o centro acadêmico da Economia, Ciências Contábeis e Administração.

V.A. – Eu não entendi. Qual a diferença do diretório acadêmico para o centro acadêmico?

F.J. – O governo da época não permitia a existência de centros acadêmicos. Os centros acadêmicos eram considerados centros livres, na concepção que a gente tinha. O diretório acadêmico era totalmente atrelado à universidade. A diretoria, para ser eleita, tinha que passar pelo crivo da reitoria. Se a reitoria não permitisse, você não criava o diretório. Nem diretório existia, então, a gente aproveitando as brechas da lei da época, a gente criou o diretório. Isso em 1976.

V.A. – O diretório acadêmico da faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis.

F.J. – É. Nesse tempo o movimento estudantil já começa a dar uma retomada. Em 1977 a gente cria o centro acadêmico, transforma o diretório em centro acadêmico, e a gente começa um movimento de criação de centros acadêmicos nas outras faculdades. E a gente cria a primeira comissão pró-DCE da PUC, e eu me integro a essa comissão.

V.A. – Mas o DCE já era atrelado à universidade?

F.J. – Não existia DCE, não existia nada. A gente era um embrião de criação do DCE dentro da PUC.

V.A. – Mas eu digo assim: em princípio esse DCE, se era diretório, ele tinha que passar pela reitoria também?

F.J. – O diretório acadêmico sim. O DCE não. A gente cria um embrião que a gente chamava de comissão pró-DCE livre da PUC. A USP também já tinha um movimento nessa direção. E a gente começa a ampliar essa organização. Aí eu concorro para a primeira chapa do DCE, a gente já não estava mais com o PC do B, a gente vai ter a organização própria dessa Liga Operária, já se aproximava desse grupo que seria a Convergência mais na frente, a gente concorre e perde a direção do DCE. Aí eu conheço uma pessoa que foi muito importante na minha vida, duas pessoas aliás, o Hamilton Cardoso, que é uma pessoa que infelizmente vocês não vão poder entrevistar, porque ele já morreu. É uma pessoa que vinha da Universidade de São Paulo. E lá o Milton Barbosa também já estava dentro da faculdade de Economia. E eles tinham um núcleo já da questão racial, lá dentro da Universidade. Não sei se o Miltão chegou a falar isso para vocês. Tinha o Rafael Pinto, que hoje é candidato a vereador aqui em São Paulo, o Milton Barbosa, o Hamilton, e dentro da PUC tinha uma pessoa que hoje mora no Rio, Astrogildo, não sei o nome todo dele. Ele estudava na PUC, fazia Ciências Sociais. E o Astrogildo um dia, a gente tomando cerveja, ele fala assim: “Flavinho, você não tem interesse nenhum pela questão racial? Você vai ser o tempo todo do movimento estudantil?” E eu fico meio chocado, porque a minha cabeça era totalmente dirigida para o movimento estudantil. Aí eu falo para o Astrogildo: “Nem sei da existência de movimento...” Eu já era de um núcleo da Liga Operária, do núcleo estudantil da Liga Operária, que atuava. Ele disse assim: “Nós temos um agrupamento dentro da Liga Operária que cuida, que começa a discutir movimento negro.” Esse grupo se chamava Núcleo Negro Socialista, que foi, na minha opinião, o grupo que começou esse movimento mais a esquerda dentro do movimento negro brasileiro. E esse Núcleo Negro Socialista era um núcleo que impulsionava aqui em São Paulo o surgimento do Movimento Negro Unificado, do qual o Miltão fez parte, o Hamilton fazia parte; e o Astrogildo me convida para fazer parte desse agrupamento dentro da Liga Operária.

V.A. – E quem começou isso dentro da Liga Operária, o senhor tem idéia?

F.J. – Foi um jornalista que veio do exterior. O nome dele é Jorge Pinheiro.

V.A. – Outro Jorge...

F.J. – É Jorge Pinheiro. Os Jorges sempre marcaram a minha vida. Eu não sei onde ele foi parar mais. Ele era da direção da Liga Operária, e eu não sei por onde ele anda.

V.A. – E ele era negro?

F.J. – Ele era negro. Ele se reivindicava negro.

V.A. – E ele veio do...

F.J. – Ele teve uma passagem pelo Chile, ele morou na França, e por essa passagem dele, ele começa a ter contatos com os movimentos negros lá de fora. Ele volta para o Brasil, e por influência dele, esse pessoal, Hamilton, Milton, Rafael, o Astrogildo, que estava dentro da PUC, começam a discutir a questão racial. Muito por influência dessa pessoa.

V.A. – E onde ele foi parar, esse Jorge Pinheiro?

F.J. – Não sei mais. No tempo eu não sei mais onde ele foi parar. Ele foi um dos responsáveis pela organização daquele jornal *Versus*, que foi um núcleo bastante importante do debate racial aqui no Brasil. Eu até tenho a coleção completa do jornal *Versus*. Eu estou tentando trazer aqui para o nosso centro de documentação. Porque dentro desse jornal *Versus* foi criada uma sessão que se chamava Afro-Latinoamérica. Um jornal fundamental para existência do movimento negro no Brasil. Foi um jornal que centralizava o debate mais teórico, intelectual, sobre o racismo no Brasil, em textos muito importantes. E o Astrogildo fazia parte desse núcleo, dentro da PUC, ligado a Liga Operária.

V.A. – E esse Jorge Pinheiro, ele era brasileiro, mas ele tinha saído, provavelmente exilado, alguma coisa assim?

F.J. – Saiu do Brasil na época, um autoexílio. E ele volta já com essas ideias na cabeça. E ele encontra esse grupo, um pouco disposto. Era um grupo que tinha esse núcleo dentro da Universidade de São Paulo, o Astrogildo que estudava na PUC, era uma pessoa só, e eles começam a ter ligação com um grupo que tinha um trabalho cultural muito forte aqui em São Paulo, da região de Campinas. Era o grupo de teatro Evolução. E na PUC tinha uma pessoa que era desse grupo também, chamava-se Emilson José Jacinto, uma pessoa que também morreu. Mas o Astrogildo e o Emilson, o Emilson vindo da região de Campinas e o Astrogildo pelo contato que tinha com esse pessoal da USP que atuava na Liga Operária – no Núcleo Negro Socialista – eles começam a construir o movimento negro aqui em São Paulo. Claro que tinham outras ramificações, mas o pessoal mais a esquerda do movimento aqui, porque tinha essa influência mais partidária.

V.A. – O Astrogildo, ele cursava o quê na PUC?

F.J. – Ciências Sociais na PUC. Ele mora no Rio atualmente. Uma pessoa que, se vocês puderem conversar com ele, é uma pessoa muito importante. Aí, a convite do Astrogildo, eu vou na primeira reunião do movimento negro aqui em São Paulo. Eles se reuniam na época, em um clube que existia aqui na avenida São João, Clube Coimbra. Era um grupo muito heterogêneo. Esse núcleo já tinha um jornalzinho clandestino, um jornal que era distribuído xerocado, que – você vai falando e vai lembrando coisas – o Astrogildo pedia para a gente xerocar na xerox que nós tínhamos no centro acadêmico da Economia. Então esse jornalzinho era xerocado e distribuído em bailes aqui em São Paulo, e eles atuavam dentro desse clube que existia, Clube Coimbra.

V.A. – Como era o nome do jornal?

F.J. – *Árvore das palavras*. Um jornal muito importante. Então, de uma forma instrumental, porque o Astrogildo me utilizava para xerocar o jornal, e depois de um convite mais concreto, eu começo a ter entrada no movimento negro. Isso já final de 1977.

A.P. – Você reproduzia para o pessoal da PUC, o jornal?

F.J. – Para o núcleo, para esse grupo da Liga Operária, porque era um jornal clandestino. O *Árvore das palavras* circulava clandestinamente aqui. Na época, para vocês terem um ideia, a gente xerocava 500 exemplares, e tudo em pedaços. A gente ia final de semana ou a noite, isso não era público, a gente xerocava eu dava para o Astrogildo, o Astrogildo passava para o pessoal. Aí eu vou nessa primeira reunião do Clube Coimbra. Eu não lembro, era final de 1977, começo de 78, quando já começava a haver aqui em São Paulo uma organização do Movimento Negro Unificado, que na época não chamava Movimento Negro Unificado, era Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Era uma visão mais ampla da luta racial, que não envolvia só os negros. Uma disputa que teve no começo do MNU. Uma parte achava que tinha que ser só de negros e a outra parte achava que tinha que ser uma coisa mais ampla, envolvia judeus, índios, era uma discussão interessante.

V.A. – Queria saber mais depois sobre essa discussão.

F.J. – Agora, essa reunião do Coimbra foi um choque para mim, porque era um grupo muito fechado na questão racial. Eu vou para uma reunião, até interessante, tinha um grupo basicamente de homens, todos jovens, e eu entro na reunião e uma pessoa pede para eu sair da sala. Eu falo que tinha sido convidado pelo Astrogildo para ir para a reunião. Aí eu perguntei por que eu não podia participar da reunião. “Porque você não é negro!” A primeira fala... Era o início da organização do movimento na década de 1970, você tinha que ser negro retinto para entrar, para ser considerado negro. Por isso que a discussão da cor no movimento sempre esteve presente. E eu sou colocado para fora da reunião. Eu era um moleque briguento, aí falei assim: “Agora eu vou querer entrar nesse movimento para valer.”

[FINAL DA FITA 1-A]

F.J. – ...Mais ou menos a minha vida, como é que eu vou entrando na militância.

V.A. – Perfeito, melhor não podia. Então vamos recuperar um pouco: o senhor entra na reunião do Clube Coimbra e tem uma pessoa que diz que o senhor não pode...

F.J. – Que eu não posso ficar na reunião porque eu não sou negro. Eu sou obrigado a sair da sala...

V.A. – O Astrogildo era negro retinto?

F.J. – O Astrogildo era negro mais retinto.

V.A. – Ele podia então ficar.

F.J. – Ele podia ficar na sala. Até hoje eu me lembro que eu fiquei... O Coimbra era em um andar de cima de um prédio, em baixo tinha um bar, eu fiquei tomando cerveja esperando o Astrô sair. Quando ele saiu eu falei assim: “Astrô, eu quero aceitar seu convite para entrar no movimento negro.” Aí foi uma guinada razoável na minha vida, porque eu começo a deixar a militância estudantil para ter uma entrada no movimento negro. E na época a gente começa também a organizar os negros da PUC. De que forma?

V.A. – Mas como é que o senhor conseguiu entrar, conseguiu?

F.J. – No grupo deles não. E esse grupo, essa reunião já era para começar a discutir o ato público que depois foi realizado em julho de 1978 nas escadarias do Municipal. Aí tinha o pessoal ligado a Liga Operária, grupos culturais aqui de São Paulo... Muita gente na reunião. E eu fui percebendo o que ia acontecer. Aí eles iam organizar o ato público das escadarias do Municipal que ocorreu em julho de 78. Aí eu volto, e falei: “Bom, de que forma nós vamos nos organizar?” Aí o Emilson, que era essa outra pessoa dentro da universidade, ele fazia Filosofia. Era uma pessoa muito interessante, porque ele já usava trança no cabelo, brinco... Isso lá em 1978. Mas uma pessoa que cumpriu, aqui em São Paulo, um papel muito significativo. Ele era um organizador. E ele começou a discutir conosco a necessidade de formar um grupo dentro da PUC, de universitários. E, por coincidência, a PUC, na época, fez um censo dentro da universidade no início de 78 para ver quem eram os estudantes da PUC. E o Emilson consegue introduzir dentro do censo o item cor. Isso é uma iniciativa totalmente inédita.

V.A. – Como é que ele consegue isso?

F.J. – Através da reitoria. Era uma reitoria mais progressista. Acho que o nome da primeira reitora era Nadir Kfourri. Ela era mulata, vamos chamar isso assim. O Emilson em um dia de uma discussão, provoca: “A senhora é negra.” Ela fica chocada. Aí ela fala: “É, realmente eu sou.” Ele fala: “Então a senhora vai nos ajudar a saber quantos somos aqui dentro da universidade.” E esse censo foi muito importante na época. A PUC tinha em torno de 15 mil alunos e o censo concluiu que nós éramos em torno de 200 a 250 alunos negros dentro da universidade. Com dados assim... Dados que até hoje estão presentes na vida acadêmica, mas ele mostrava algumas coisas interessantes. Nós éramos em torno de 200, 250 e nós estávamos concentrados, os homens, exatamente na área que eu atuava, que era Ciências Contábeis, Administração... Os homens achavam que através desses cursos a gente entrava no mercado de trabalho mais imediatamente. As mulheres centralizadas, quase todas, no curso de Serviço Social. E cursos mais nobres, aqueles cursos de período integral, não tinha ninguém. Na Psicologia tinha uma menina, na Medicina não tinha ninguém, na Fonoaudiologia não tinha ninguém, que eram cursos mais de período integral. E esse grupo foi o embrião da minha entrada no movimento negro. Esse grupo chamou-se Grupo Negro da PUC. E é um grupo que foi criado, aí tem influência minha, do Emilson. Esse grupo já começou a brigar com o grupo que se reunia no Coimbra. Tanto é, que nós não participamos do ato das escadarias. Porque eles não nos aceitavam, e aí a gente já começa, além de...

V.A. – Mas é engraçado, o Miltão participou, e ele não é negro retinto.

F.J. – Não. O Miltão era considerado negro mais retinto que eu.

V.A. – Gente...

F.J. – Mesma coisa, o Amilcar deve passar por isso nas relações no movimento negro...

A.P. – Eu não toquei no Ilê Aiyê no ENEN. O meu pai me levou...

F.J. – Exatamente. O Ilê era um dos grupos mais radicais da época. O Ilê, você...

A.P. – Com o Olodum eu ainda brinquei um pouquinho.

F.J. – Olodum sim. Mas o Ilê... Agora você consegue entrar, mas na época. Porque o Ilê nasce também nesse meio aí, lá na Bahia. Nasceu nesse mesmo momento, então para você entrar nesses agrupamentos era muito difícil. Então nós éramos, além de ser criado por um grupo que eles nos chamavam de... Mulatos na verdade, negros que não eram negros, reconhecidos como negros. E nós éramos um grupo que nasceu dentro da universidade, também.

V.A. – De elite ainda por cima.

F.J. – Exatamente. Éramos um grupo de elite. Então já começa... E negros de esquerda, porque a gente tinha influência já desses agrupamentos da USP e também do pessoal da Liga Operária. A nossa consciência já era de esquerda. A gente já começa a fazer uma discussão de raça e de classe. Dentro da concepção nossa de construção do movimento.

V.A. – Esse pessoal do Coimbra não tinha ligação?

F.J. – Eles tinham ligação, mas o pessoal da Liga Operária que distribuía o jornal *Árvore das palavras*, eles eram minoritários dentro desse agrupamento. Por isso, na construção do MNU tem uma disputa muito grande. E até hoje tem uma discussão de qual grupo que originou. Eu acho que o grupo que deu corpo ao MNU é esse grupo, o Núcleo Negro Socialista. Tinha mais consistência, que elaborou o primeiro manifesto, que fez os primeiros documentos do MNU. Era tudo construído por Miltão, Hamilton, Rafael, que era o grupo que conseguia elaborar mais sobre a questão racial. Que já tinha um primeiro acúmulo, que tinha influência...

V.A. – Quem eram os do Núcleo Negro Socialista? Era o Miltão, Rafael Silva Pinto...

F.J. – O Hamilton Cardoso, o Astrogildo, tinha o Vanderlei José Maria, a Sueli deve falar dele, é uma pessoa que também já morreu, interessante que eram todos jovens,

muitos deles morreram já... Vanderlei José Maria, tinha o Adão, que era uma pessoa que veio do mundo sindical. Ele era trabalhador do Correio, uma pessoa muito... Esse núcleo se expandiu. O pessoal da Bahia teve muita influência desse núcleo. João Jorge do Olodum, Bujão que foi do Malêdebalê... Esse pessoal todo passou pela Liga Operária e chegaram a entrar na Convergência Socialista. A Convergência Socialista tem um papel muito significativo na construção do movimento negro lá na origem. Hoje não tem nada a ver com eles, mas eu acho que é importante. Hoje é esse pessoal que está no PSTU. É o primeiro agrupamento no Brasil que começa a discutir a questão racial, dentro do campo da esquerda.

Voltando ao Grupo Negro da PUC: a gente estrutura o Grupo Negro da PUC. É o primeiro grupo que tem dentro de universidade, mas voltado a um debate do movimento negro. O que a gente pensava?

V.A. – Já tinha o da FEA da USP, não tinha já?

F.J. – Tinha, mas eles não atuavam de forma pública. Eles atuavam por dentro da Liga Operária, por dentro do Núcleo Socialista e se organizavam em torno do jornal *Árvore das palavras*. Mas eles não tinham atuação pública dentro da universidade. Eu acho que a existência do Grupo Negro da PUC é muito importante por isso: porque é o primeiro núcleo de estudantes preocupados com a questão da educação, que sempre foi uma preocupação da gente, minha inclusive, e nós organizamos esse grupo já com o apoio da instituição PUC. Que deu essa abertura quando fez o censo, e nós nos organizamos. E a bandeira principal nossa, não era nem uma bandeira, nós dizíamos o seguinte: “Nós somos poucos dentro da universidade e a gente tem um compromisso com quem não chegou aqui.” Tem alguns documentos nossos que dizem um pouco essa visão nossa. Final de 1978 chega na PUC o Abdias do Nascimento, que cria o IPEAFRO dentro da PUC. O IPEAFRO é criado na PUC de São Paulo e depois, quando o Abdias resolve morar no Rio de Janeiro, leva o IPEAFRO para lá.

V.A. – Por que ele é criado dentro da PUC? Ele tinha alguma vinculação com a PUC, o Abdias?

F.J. – Não. Mas o Abdias era uma pessoa muito reconhecida já no meio acadêmico. Ele chega na universidade... Até quando ele volta para o Brasil a gente promove um primeiro debate com ele, porque ele era um mito para a gente. A gente conhecia o Abdias por nome e por alguns escritos, não tinha tido acesso a ele. A gente realiza um seminário dentro da PUC com a participação do Abdias. Abdias sempre foi uma pessoa muito ágil que sabe ocupar muitos espaços de poder, tudo isso aí. E nós estávamos tentando criar dentro da universidade, um instituto de pesquisa. Só que nós optamos por um caminho mais difícil. Nós não queríamos ser um instituto a parte da estrutura acadêmica, nós queríamos ser dentro da universidade, um instituto ligado ao departamento de Sociologia, que era o pessoal que tinha mais organização lá, que tinha mais estudantes nessa área lá. E na universidade a gente começa a receber uma resistência muito grande. Era um bando de moleques que não tinha formação acadêmica nenhuma, que queria... Tinha uma pessoa nossa que tinha mestrado só. E a gente resolve criar um instituto. O Abdias chega na universidade, vê que tem um espaço, ele tem toda a titulação, o currículo do Abdias já era um puto de um currículo na época. E ele cria esse IPEAFRO. Ele era brigão. Ele cria uma estrutura quase que paralela aos centros lá da universidade. Mas é uma pessoa fundamental na vida da gente. A gente começa a ter contato com alguém que era uma puta de uma liderança dentro da universidade.

Então essa foi a minha primeira militância, o Grupo Negro da PUC. Esse grupo durou de 1978, 79 ele é fundado oficialmente, ele durou acho que mais três anos. Ele vai até 1981. Porque aí, grande parte de nós, já estávamos saindo da universidade. A gente estava concluindo a universidade já em 81.

V.A. – E ele não continua?

F.J. – Ele continuou depois. Aí teve um grupo que tentou tocar o Grupo Negro da PUC, aí eles mudaram o nome, ele começou a ser Núcleo de Estudantes Afro-Brasileiros da PUC, Cineafro. Ele durou um bom tempo, agora tem esse pessoal que é a filha do Miltão, a Xindalena... E são interessantes, são filhos de militantes negros que estão dentro da PUC e que estão reestruturando o Grupo Negro dentro da PUC. Não sei qual o nome que eles estão dando lá atualmente.

V.A. – E o senhor está falando do Abdias, que houve, em 1982, o terceiro Congresso de Cultura Negra das Américas em São Paulo. Esse Grupo Negro da PUC...

F.J. – A gente participou da organização. O nosso grupo já estava terminando em 1981. Foi a última atividade que a gente realizou dentro da universidade. Juntamente com o Abdias, a gente organiza na PUC, esse Congresso, o Congresso de Cultura Negra das Américas.

V.A. – Então foi na PUC?

F.J. – Foi na Universidade Católica de São Paulo. Ele foi sediado lá.

V.A. – E convidando pessoas de fora, das Américas?

F.J. – De fora. Foi um puta momento. Para mim em particular, foi o primeiro contato que eu tive com gente de fora do país que tinha alguma participação política na questão racial. Esse congresso foi muito importante, foi realizado pelo Abdias e nós, enquanto grupo, participamos da organização desse congresso, eu tinha me esquecido disso. Isso é importante.

V.A. – E veio gente de outros estados também?

F.J. – Vem. Ele é realizado com apoio do governo federal, na época tem um certo apoio do governo federal.

V.A. – Em 1982...

F.J. – Aqui em São Paulo, em 82, era o governo Franco Montoro. Franco Montoro era ligado ao PMDB, mas ele também é uma pessoa importante aqui em São Paulo, porque no governo dele é criado o primeiro conselho, chamava-se Conselho de Desenvolvimento da População negra, acho que esse é o nome. No governo do Montoro. Então o Montoro também ajuda o Abdias a organizar esse encontro aqui em São Paulo. O Montoro era uma pessoa muito aberta. Enquanto governo, foi o primeiro

governo, de fato, que institui algum órgão voltado às políticas para a população negra. É o Conselho de Desenvolvimento...

V.A. – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

F.J. – Em 1982. Então todas as coisas coincidem. O Congresso de Cultura Negra das Américas, o surgimento do Conselho e a gente atuando por dentro da PUC, juntamente com o Abdias. Então tudo tem ligação. Agora, para mim – voltando a minha pessoa – nesse meio tempo eu já começo a me envolver com a organização do PT. E esse pessoal da USP também vem junto, o Milton Barbosa entra na fundação do PT, a gente conhece a Lélia Gonzalez dentro do PT. A Lélia é uma pessoa muito ativa dentro PT, o Milton Barbosa também é uma pessoa fundamental nesse processo de organização do PT, junto com o Hamilton. A gente entra junto dentro do PT, já na fundação do PT. E o Miltão cria, dentro do PT, o primeiro núcleo para discutir a questão racial dentro do PT. A gente consegue colocar a Lélia no primeiro diretório nacional do PT, a Lélia fez parte do primeiro diretório nacional, e a gente começa a ter organização mais partidária. E esse pessoal do Grupo Negro da PUC, todo ele entra para o PT, a gente filia quase todo mundo dentro do PT e gente começa a fazer parte desse embrião de organização partidária, que na minha vida também tem uma importância muito grande. Eu começo a ter uma relação mais partidária, porque eu nunca tinha sido filiado a partido nenhum. Não passei pelo MDB, pelo PMDB, nada. Eu entrei direto no PT.

V.A. – Ainda que o senhor tivesse filiações nesses organismos...

F.J. – Em 1982 o PT participa da primeira eleição aqui no Estado de São Paulo. O Lula é candidato a governador. O Miltão é candidato a deputado federal nessa época. E a gente apóia a candidatura do Miltão. Então, esse fato também é significativo, é a primeira vez que a gente participa de forma organizada em uma eleição, com candidato próprio. Eu lembro dos panfletos da época: “Milton Barbosa, candidato do movimento negro” Aí a gente já não tinha mais problema, os mais branquinhos já podiam ser aceitos dentro do movimento, muito pela nossa luta. O Grupo Negro da PUC foi um movimento muito importante aqui. A gente tinha uma intervenção, chegamos a ser, em alguns momentos, em torno de 60 estudantes. Aí nós começamos a aglutinar estudantes

de outras universidades, de outras faculdades. Mesmo quem não era da PUC se reunia com a gente. E aí esse grupo todo entra no PT e a gente começa a ter essa intervenção mais partidária mesmo.

Aí dando um salto, o Grupo Negro da PUC já não existe nesse período mais, eu fico um tempo sem ligação mais orgânica com nenhuma entidade do movimento negro e atuando mais por dentro do PT. Aí, dando um salto no tempo, 1988, centenário da abolição, é uma data bastante significativa para a vida da militância negra no Brasil. O governo federal tenta organizar uma atividade mais comemorativa do centenário, aí o nosso núcleo dentro do PT se organiza para fazer com que o movimento negro pensasse de forma diferente o centenário da abolição. Aí a gente encontra uma pessoa muito importante na minha vida e acho que na vida do movimento negro, que é o Florestan Fernandes. O Florestan Fernandes ele atuava, acho que ele já era deputado federal... Ele já era deputado federal, e ele compõe, dentro do diretório nacional do PT, a comissão do centenário da abolição do Partido dos Trabalhadores, juntamente conosco. E a gente começa a ter um contato mais direto com o Florestan. Eu lembro até hoje de um texto que faz parte da revista do PT, que hoje está aqui na Fundação, que é a *Teoria e debate*, um texto que o Florestan escreve, que fundamentou a nossa visão sobre como entrar na discussão do centenário da abolição. Nesta mesma revista, o Hamilton Cardoso ainda era vivo, o Hamilton também foi um teórico brilhante do movimento, ele também tem um texto. E esses dois documentos, a gente consegue aprovar esses dois documentos em uma reunião de diretório nacional e o PT entra mais para valer nessa discussão de centenário.

V.A. – E o que tinha nesses documentos do Florestan e do Hamilton?

F.J. – Eles questionavam, começavam a discutir o significado do centenário da abolição na conjuntura política da época, 1988. E um pouco daquilo que o movimento também já dizia, questionava bastante o significado da abolição para a população negra brasileira. Mas como o PT assumiu para si o embate com o governo federal em torno do centenário da abolição – eu vou sempre valorizar a presença do PT, porque eu acho que o PT contribuiu muito para o avanço do combate ao racismo no país, juntamente com o PDT sob influência do Abdias, mas é inegável a participação. Mas como a gente foi protagonista disso, sempre a minha fala vai valorizar muito a participação do PT. Então,

por que eu estou localizando o centenário da abolição? Foi um momento de ascenso da luta negra no Brasil. A gente consegue ter uma intervenção, pela primeira vez, nacional de fato. Acho que 1978 é um marco, que é o surgimento do Movimento Negro Unificado. Dez anos depois, o centenário da abolição é outro marco, porque a gente consegue ter uma intervenção que marca a presença negra no Brasil. A gente consegue intervir por dentro dos partidos, consegue ter uma intervenção por dentro do governo, não é a toa que a Fundação Palmares – naquela época o governo era Sarney – é criada logo depois do centenário da abolição.

V.A. – Em agosto.

F.J. – É a primeira instituição que surge dentro de um governo federal. A Fundação Cultural Palmares é fruto de toda essa movimentação que ocorre no Brasil. A gente consegue ter uma intervenção muito grande por dentro do meio acadêmico, as quantidades de teses, de estudos, começam a surgir. Se você pegar, são a partir de 88 para cá, fruto dessa intervenção. A CUT e as centrais sindicais começam a ter uma intervenção mais qualificada, mais intensa, em torno da questão da presença negra no mundo do trabalho. Então 1988 é um marco da luta negra no Brasil e também da intervenção nossa, enquanto movimento. Se você pegar a quantidade de grupos que se espalham pelo Brasil depois de 88, é muito grande. Um momento que eu acho significativo. E a gente fez parte desse momento. Aí eu já estou fechando um pouco a minha parte...

V.A. – Posso voltar?

F.J. – Pode.

V.A. – A discussão, lá em 1978, do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, e que depois se tornou Movimento Negro Unificado, que o senhor estava dizendo que era uma questão complexa.

F.J. – Eu não participei. Pela influência política que a gente tinha, o grupo nosso dentro da PUC era um grupo, vamos dizer, entre aspas, mais a esquerda do movimento negro.

Nós não concordávamos com o tipo de organização que foi feita para construir o ato das escadarias do Municipal.

V.A. – Por que? Além do fato de...

F.J. – Nós achávamos que a chamada direita negra aqui de São Paulo não tinha que estar presente dentro desse ato.

V.A. – E quem era a direita negra?

F.J. – São Paulo sempre teve uma direita negra. Os primeiros deputados, o primeiro deputado que foi eleito e a primeira vereadora, o deputado chamava-se... Agora eu esqueci o nome dele... Rui... O Milton deve ter tocado no nome dele. E a vereadora Teodozina, era um núcleo de direita muito forte aqui. Até sobre influência da Frente Negra. A seção São Paulo da Frente Negra Brasileira era de direita, e ela tinha uma influência muito grande aqui em São Paulo, principalmente nos clubes. São Paulo tem uma tradição muito grande de organização, principalmente no interior, de clubes tipo o José do Patrocínio, clubes treze de maio... O interior de São Paulo, em toda cidade que você vai, tem isso. E São Paulo também tinha essa influência, desses clubes, grupos mais culturais, que vieram da Frente Negra. E eles tinham uma concepção totalmente de direita. O que eu chamo “ser de direita” naquela época? Você achava que você podia, por dentro da forma que o Estado brasileiro se organizava, você podia ascender por dentro daqueles mecanismos que existiam na época. Eram grupos, a maioria deles fazia parte da ARENA, os negros que vieram do movimento negro, mas vieram da ARENA, do PDS, todos eles eram disso. E a gente surge já em oposição a esses agrupamentos. E esses agrupamentos começam a construir o ato das escadarias do Municipal, junto com esse pessoal mais a esquerda que estava lá dentro. Tanto é que esse grupo racha. Na metade do caminho esse grupo racha. Uma parte... Não foi consenso o ato das escadarias. O MNU se estrutura naquele momento, mas é onde o movimento se solidifica porque eles racham com esses agrupamentos mais à direita. Quem constrói o ato é o MNU, o embrião do MNU sozinho, porque aí o pessoal do Rio vem para cá também, Abdias, esse povo todo que vocês conhecem lá do Rio, eles vêm, seu pai, esse povo todo, já chegam e vem aqui ajudar a construir o ato do MNU. E o MNU se

constrói naquele momento. Mas a gente já era um grupo diferente, a gente já não concordava com as ideias do MNU.

V.A. – Por que?

F.J. – Mais pela trajetória de vida.

V.A. – Porque o MNU não era de direita.

F.J. – Não. O MNU sempre foi um agrupamento de esquerda. Porque ele nasce sob influência do Núcleo Negro Socialista, que é esse grupo que a gente começou a ter contato lá trás.

V.A. – E por que havia divergências entre o pessoal da PUC e o MNU?

F.J. – Aí tem muito a ver com a briga do Coimbra. Porque não sou só eu que não era aceito no Coimbra, muitos deles. E quando a gente cria o grupo da PUC, eles próprios nos veem, até o pessoal do MNU, como um grupo de oposição a eles. E de fato a gente era. A gente era muito porra-louca na época, no bom sentido. O MNU faz um congresso deles aqui em Campinas, e a gente vai lá e tenta invadir o congresso do MNU. Acho que foi o primeiro congresso do MNU depois que ele se consolida como MNU. A gente tenta invadir o congresso do MNU. Claro que eles não iam deixar um grupo de meninos, de molecadas, invadir o congresso deles.

V.A. – Invadir? E vocês tentaram fazer o que?

F.J. – Na marra. Entrar na marra dentro do encontro.

V.A. – Entrar e falar?

F.J. – Falar o que a gente pensava.

V.A. – E o que vocês iam falar?

F.J. – A gente ia dizer que não concordava com eles. A gente era oposição. Não gostava deles e pronto. [riso] Hoje eu sei que não tinha consistência ideológica, política para a gente pensar. Nós não gostávamos deles assim como eles não gostavam da gente. É um problema sério. Até hoje a gente tem, por exemplo, o movimento negro não consegue entrar muito na juventude. Tem um conflito de geração que é permanente na vida do movimento negro. Se você for pegar, você pode ver que até o Hip-Hop não reconhece muito a gente enquanto organização política. Tem aproximação mas são coisas distintas na atuação. É um problema nosso, a gente sempre teve problema de geração mesmo, de aproximação com a juventude negra.

V.A. – Então o pessoal do MNU já eram os velhos que não tinham aproximação com pessoas jovens?

F.J. – A gente já achava isso lá trás, para você ter uma ideia. É difícil. Já tem estudos que estão sendo feitos que explicam um pouco os caminhos diferentes que a gente seguiu. Mas eu acho que era basicamente... Vamos chamar, um vício de origem. A gente não concordou com o MNU desde o começo.

A.P. – Então, mas você comentou, antes de a gente começar a gravar, que o Amauri tinha sido importante para a fundação do Grupo Negro da PUC.

F.J. – Foi.

A.P. – Havia esse apoio externo?

F.J. – O que a gente faz? Como a gente era muito imaturo na discussão da questão racial, a gente começava a ter contato, a gente começa a convidar grupos de fora, que tinham muitos. Eu conheci seu pai nessa época, junto com o Yedo. Eles tinham um jornal lá do Rio, o *Sinba*. E a gente foi para uma atividade que teve lá, promovida, acho que pela Candido Mendes já na época. A gente conhece seu pai e Yedo e a gente convida, a gente fazia sempre reuniões aos finais de semana aqui na PUC, e vem seu pai e vem o Yedo para participar de uma reunião dessas. Na época a gente convidou os dois

para falarem um pouco sobre as lutas de libertação lá da África, porque eles tinham muita... Por isso que você se chama Amilcar, seu pai sempre teve muita relação com as lutas do continente africano. E a gente chama o Yedo e o Amauri para vir para uma conversa do tipo... Da mesma foram, por exemplo, os grupos da Bahia, João Jorge que é do Olodum, o próprio Vovô, eles começam a vir para São Paulo, já começa a ter um intercâmbio São Paulo-Bahia. A gente convida esse pessoal dos grupos afro para também... A gente era um grupo que intercambiava muito, até pelo jeito meio “porralouca positivo”, que eu chamo, a gente não tinha muito, a gente não se vinculava muito a nada. A gente não era do MNU, com o PT a gente tinha resistência, embora a gente achasse que o PT era interessante, mas sempre... Era um jeito de se organizar bastante estranho, eu acho. A gente tinha um grupo que se reivindicava muito da autonomia frente a tudo. Talvez eu acho que é muito fruto da juventude da gente. Mas os primeiros contatos são nessa linha. O Militão, por exemplo, nós nunca trabalhamos juntos, mas a gente sempre apoiou o Milton Barbosa. O Milton Barbosa, quando foi o candidato como eu falei lá trás, em 82, nós apoiamos ele como deputado federal. Mas a gente sempre seguiu trajetórias distintas. É um problema sério do movimento negro, até hoje a gente não conseguiu ter uma unidade maior, e isso, um pouco, atravança a nossa organização.

Aí, em 1988 tem esse *boom* de crescimento de organizações do movimento negro e a gente começa... A gente não tinha ainda, a gente atuava por dentro do PT aqui em São Paulo. Eu atuava por dentro do PT. E nós começamos a organizar os encontros regionais do movimento negro. Norte-Nordeste foi o que mais avançou nisso, acho que o Norte-Nordeste chegou no oitavo encontro. Aqui no Sul-Sudeste, a gente consegue chegar até o terceiro encontro regional do Sul-Sudeste. Centro-Oeste nós realizamos dois, e Norte nenhum, porque era muito difícil você reunir o povo lá do Norte, como é até hoje. E a gente começa a organizar o Encontro Nacional de Entidades Negras, que foi realizado em São Paulo em 1991. E aí eu, juntamente com o pessoal que já vinha da PUC – a gente sempre teve contato – a maioria de nós... A gente se casou entre nós, é um grupo muito importante na minha vida. A minha companheira também veio do Grupo Negro da PUC, e a maioria do pessoal foi casando entre si e até hoje a gente é muito amigo. E esse grupo de amigos criou em 1991 também a Soweto Organização Negra, que é o agrupamento do qual eu faço parte. E essa Soweto Organização Negra, juntamente com o pessoal do Rio, da Bahia, esses contatos todos que nós fizemos,

principalmente pós-1988, a gente organiza o primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras.

V.A. – A Soweto?

F.J. – A Soweto junto, claro que não foi só a Soweto, tem muito mais gente, mas a Soweto faz parte dessa organização.

V.A. – A Soweto foi criada quando?

F.J. – Em 1991. A gente tinha que resolver o nosso problema, porque a gente tinha escolhido um caminho que era atuar por dentro do PT e não tinha organização do movimento negro. Então a gente junta todo mundo que tinha na época, tem até um boletim que eu posso passar para vocês depois, para criar a Soweto, porque já existia essa movimentação para criar o Encontro Nacional de entidades Negras. E como o próprio nome do encontro fala, não era um encontro de pessoas, era um encontro de organizações, Encontro Nacional de Entidades Negras. Aí a gente é obrigado a criar o grupo nosso, se não a gente não... E partidos não poderiam participar. Quem não participa do encontro? Nem partidos políticos nem órgãos governamentais, e nem indivíduos, eram entidades. Então nós somos obrigados a criar aqui, no início de 91, a Soweto Organização Negra. Claro que a gente é reconhecido, a gente já tinha...

V.A. – Quem é que decidiu essas regras, que partido não entrava?

F.J. – Nós mesmos. Esse núcleo que começa a pensar esse primeiro encontro.

V.A. – Pois é, quem é esse núcleo?

F.J. – Aqui de São Paulo a Soweto Organização Negra, Geledés, a Sueli já estava nisso. A Geledés, tinha um núcleo que já tinha sido criado pelo pessoal mais próximo do PC do B, que é a UNEGRO, a União de Negros pela Igualdade; tem o pessoal do IPCN do Rio de Janeiro; o CEAP já é dessa época também, o CEAP do Rio de Janeiro; na Bahia o [Nigerocã]. A primeira comissão organizadora, nos critérios que a gente estabeleceu,

nós achamos que não teria sentido, naquele momento, núcleos partidários nem órgãos de governos participarem do encontro. Era um encontro que devia espelhar um pouco a nossa organização, enquanto movimento negro. Foi um momento importante.

[FINAL DA FITA 1-B]

V.A. – Então, nós estávamos na organização do ENEN, não é isso?

F.J. – ENEN, primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras. Os critérios de organização eram esses que eu te falei, participavam grupos de qualquer natureza, desde que não fosse ligado a um partido político, embora todos nós tivéssemos intervenção partidária, nem ligado a órgão de governo. Nós conseguimos reunir...

V.A. – 800 delegados, como você estava falando...

F.J. – É. Nossa perspectiva era: nós nos organizamos para receber em torno de 500 delegados. Ele foi feito aqui no estádio do Pacaembu, no ginásio do Pacaembu. Em 1991 a Luisa Erundina era prefeita da cidade de São Paulo. Eu participei da assessoria política da Erundina. Ela foi eleita vereadora em 1983, eu fui da assessoria dele por três anos; depois eleita deputada estadual, eu participo também da assessoria dela por dois anos. Quando ela é eleita prefeita, eu sou convidado para trabalhar na FASE.

V.A. – O que é a FASE?

F.J. – FASE é a Federação de Órgãos de Assistência Social. A sede dela é no Rio de Janeiro. Eu sempre trabalhei também, minha vida mais profissional eu sempre trabalhei com as chamadas questões urbanas, por outros caminhos. Por essa formação mais profissional, eu me vinculei a FASE.

V.A. – Quer dizer que essa FASE não é ligada a prefeitura de São Paulo?

F.J. – Não. É uma ONG. A sede dela é lá no Rio, ali em Botafogo. Mas por que eu falei isso? A Luisa Erundina, por essa passagem da gente, ela ajuda muito a gente a construir

esse encontro. Então, toda a estrutura foi bancada pela prefeitura aqui de São Paulo. A gente junta cerca de 800 delegados de tudo que existia no Brasil: grupos culturais, religiosos, de juventude, de esportes, tudo... E esse encontro foi muito importante. Foi uma das grandes loucuras que a gente fez que deu certo. O encontro não terminou, porque hoje a minha avaliação é de que seria impossível, depois dessa trajetória toda, em particular, depois de 1988, você tentar reunir tudo que tinha no Brasil, ou tentar construir alguma coisa. Nem todo mundo participa. Os grupos ligados à Igreja, os Agentes de Pastoral participam, o Grupo de União e Consciência Negra participa. O MNU não participa desse encontro. O MNU sempre teve uma opção por ter uma trajetória própria. A gente precisa parar uma hora, até para pensar por que a gente nunca se encontrou no tal Movimento Negro Unificado. Mas o MNU não participa desse encontro. De todas as organizações políticas do Brasil, só o MNU não vem. Esse encontro não consegue terminar, mas foi um encontro muito importante. A gente reuniu tudo que tinha no Brasil, delegações de, parece, 22 Estados. Foi uma loucura porque você não tinha unidade política suficiente para isso. Nós éramos muito diversos. Você juntar tudo em um lugar só: grupos de mulheres, de religiosos de Umbanda, Candomblé, de grupos afros lá da Bahia, tudo. Mas ele foi importante porque acho que foi onde a gente conseguiu montar um primeiro mosaico do que era o movimento negro pós o centenário da abolição. E dentro desse grupo, dentro desse encontro, a gente cria a CONEN, Coordenação Nacional de Entidades Negras, a qual eu sou ligado. E em 1991 também é outra data importante do ponto de vista organizativo, porque a gente cria a CONEN. Mas ali a gente começa também a discutir os 300 anos de Zumbi. O movimento negro, se vocês perceberem, é sempre pautado por datas. A gente não consegue... é um tipo de organização totalmente atípico. Às vezes, aqui dentro da Fundação, eu tento explicar o que é o movimento negro, e acho que a gente sempre vai ser assim: sempre datas. Você pega assim: tem a luta abolicionista, depois você tem a Frente Negra, depois você tem o MNU, são sempre datas. E 1995 é um outro momento chave para a nossa organização política no Brasil. Toda aquela construção que nós fizemos dentro do ENEN, a gente canaliza ela para o tricentenário de Zumbi, que também foi um marco na luta negra no Brasil. Aí sim, a gente consegue de uma forma, aquilo que a gente começou em 1988, a gente consegue ter uma influência mais decisiva, porque nós já éramos mais organizados. Do ponto de vista partidário, a gente já tem em 95, organizações em quase todos os partidos, seja de direita ou de esquerda.

PT, PC do B, PCB, PDT, PSB, o próprio PMDB, todos eles já tem agrupamentos partidários dentro de seus partidos.

V.A. – Grupamentos negros?

F.J. – Negros. As centrais sindicais também. Dentro da CUT você tem a Comissão Nacional Anti-Racismo da CUT, que também ajudou na organização dos 300 anos de Zumbi. Dentro da universidade você já mais grupos organizados, o movimento de mulheres negras era mais forte também em 1995. Então em 95, eu acredito que a gente conseguiu ter uma influência dentro do Brasil e também externamente ao Brasil, porque a gente conjuga os 300 anos de Zumbi com uma relação internacional que a gente começa a ter mais intensa, porque é também nesse período que são organizados os movimentos anti-comemoração dos 500 anos das Américas. É criado na Colômbia um movimento que se chamou movimento negro, indígena e popular de resistência aos 500 anos das Américas, e a gente começa a ter ligação com esse povo todo. Então, 95 é um momento chave também para a organização política do movimento. O grande auge nosso foi realizar a marcha Zumbi dos Palmares, tem um nome maior, mas era marcha Zumbi dos Palmares. A gente conseguiu colocar quase 30.000 pessoas em Brasília. Isso não aparece muito nos registros, a imprensa deu pouca cobertura, mas foi um momento muito importante. E isso dentro do governo do Fernando Henrique. Como consequência disso aí, o Estado sempre dá uma resposta. Se em 88 o Sarney criou a Fundação Palmares, em 95 o Fernando Henrique cria um Grupo de Trabalho Interministerial, chama-se GTI, que é dirigido pelo Hélio Santos na época, que consegue, de certa forma, formular no aparelho do Estado e no governo federal, um início de uma discussão de políticas públicas mais para valer sobre a questão racial. Mas 95 é um momento-chave para nós também. A CONEN também tem uma intervenção bastante significativa nesse momento, e a gente vem se estruturando de uma forma mais consequente. Dentro do PT a gente cria a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo em um encontro que foi realizado em Guarapari, no Espírito Santo, não me lembro o número do encontro, parece que foi o oitavo encontro do PT.

V.A. – Quando foi?

F.J. – 1995. Guarapari, Espírito Santo. Nós aproveitamos as comemorações do tricentenário, esse encontro é dedicado a Zumbi dos Palmares. O tema do encontro foi dedicado a Zumbi dos Palmares. E toda essa organização que a gente já vinha do PT desde o início, a gente resolve criar uma secretaria dentro do PT, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Foi muito significativo. Esse encontro foi um momento de muito embate dentro do PT. Em duas chapas para presidência, uma que tinha a frente como candidato o José Dirceu, que hoje é o ministro da Casa Civil e o Hamilton Pereira, que é o presidente aqui da Fundação onde eu estou, Fundação Perseu Abramo. E a criação da Secretaria foi uma das únicas propostas que teve unanimidade dentro do encontro. O que a gente fez?

V.A. – De um lado estava o Dirceu e do outro lado o Hamilton?

F.J. – O Hamilton Pereira que é daqui da Fundação. E um momento de atrito entre os grupos muito grande. Um momento de quase cisão partidária. Tanto é que a diferença de voto entre os delegados do encontro do PT foi muito pequena. Mas, o que a gente fez nesse encontro? Quem defendeu a proposta de criação da Secretaria foi o Lula e a Benedita. A Benedita como referência nossa de organização político-partidária e o Lula pelo que ele significava dentro do partido. Tem um fato que é interessante: o único voto de delegado que tinha dentro do encontro que poderia votar contra a criação da Secretaria, era um delegado negro do Maranhão.

V.A. – Contra?

F.J. – É. Ele achava que... Era uma visão clássica dentro da esquerda brasileira, a discussão de raça e de classe sempre permeou a nossa relação com a esquerda brasileira. Esse menino era de um agrupamento, que depois até saiu do PT esse agrupamento, mas ele achava que não tinha sentido a gente criar uma Secretaria, de negros dentro do partido, de combate ao racismo. Então, tivemos que conversar com ele para que ele não votasse mas...

V.A. – Porque ele achava que não tinha sentido?

F.J. – Ele achava que isso aí dividia a luta de classe, é uma discussão que tem dentro da esquerda brasileira que vem de anos. Que hoje ela já é melhor, mas ela sempre...

V.A. – E ele vinha de qual agrupamento?

F.J. – Eu não lembro o nome do agrupamento dele, mas é um agrupamento que depois saiu do PT, é um grupo lá do Maranhão. Mas eu acho que o mais importante...

V.A. – O senhor se lembra do nome dele?

F.J. – Não. Vou lembrar. Mas eu acho que o mais importante é a defesa da criação da Secretaria, que é feita pelo Lula e pela Benedita, e quando foi ao plenário foi por unanimidade. O que tem isso a ver comigo? Voltando a minha pessoa: Eu fui eleito o primeiro secretário nacional de combate ao racismo em 1995.

V.A. – Nesse encontro mesmo já saiu o nome do primeiro secretário.

F.J. – Já foi criada a Secretaria e na sequência fizemos seis meses depois fizemos um primeiro encontro de negros do PT, que elegeu o secretário. E eu fui eleito secretário. Eu fui secretário do PT por quatro anos, da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. A primeira gestão durou de 95 a 97, depois da gestão de 97 a 99, no período que eu estive dentro do PT. Hoje eu sou membro do Diretório Nacional do PT também. Nós somos pouquíssimos negros dentro do Diretório Nacional do PT. A Lélia foi a primeira, hoje a gente tem eu, Benedita, acho que somos uns sete em um conjunto de 81 dirigentes partidários. Não é tão tranquila a nossa presença dentro do PT assim também não.

V.A. – Mas, essa Secretaria continua existindo hoje em dia?

F.J. – Continua existindo. Até hoje ela é uma das secretarias mais reconhecidas dentro do PT, eu acho que fruto dessa movimentação nossa. Por que eu estou registrando a criação da Secretaria? Nós tivemos uma influência muito grande partidária na criação da SEPPPIR, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Acho que

a existência dessa Secretaria, além de ser um acúmulo da intervenção da gente no movimento negro, é um pouco uma experiência exitosa da nossa presença dentro do PT e na nossa relação com o Estado brasileiro, e no particular com a nossa participação, hoje, dentro do ministério do governo Lula. Acho que isso é um pouco da trajetória da gente. Acho que é isso, um pouco assim. Não sei se era isso que vocês queriam ouvir, mas eu tentei dar um painel...

V.A. – A Soweto se dedica ao que exatamente?

F.J. – Como a gente tem uma influência universitária muito grande, nós temos um trabalho voltado para a pesquisa da questão racial negra. Nós fazemos parte da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. A gente dirige, aqui em São Paulo, a seção São Paulo da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Esse é um trabalho nosso muito voltado à pesquisa. Nós temos, na área de políticas públicas, uma intervenção nossa centrada na questão da educação. Toda a nossa formulação teórica, tudo é muito voltado à essa discussão, na área de políticas públicas, na questão educacional.

V.A. – Mas como é que se realiza efetivamente a intervenção? O grupo de pesquisa financia pesquisa acadêmica, incentiva, como que é?

F.J. – Nós optamos por um caminho. Nós não somos uma ONG. Nós não vivemos de subsídios, de financiamentos, opção nossa por várias razões. Nós ainda nos intitulamos uma organização do movimento negro. Uma visão política nossa. Então como é que a gente sobrevive? Pela própria formação nossa, muita gente nossa está dentro de governos. Nós temos gente nossa que participa do governo municipal, no governo federal temos quadros nossos que estão lá presentes. O que a gente faz? Nós cobramos de quem vai para esse tipo de organismo, a gente cobra 10%. Uma taxa de cada um, 10% de contribuição para a nossa sobrevivência enquanto organização. E a gente, através de convênios que a gente realiza de assessoria e de consultoria com órgãos públicos, a gente também mantém a instituição. Por exemplo: no momento nós desenvolvemos junto com a Secretaria de Educação um programa de formação de professores, junto aos núcleos educacionais que existem espalhados dentro das

subprefeituras da cidade. Isso é feito por nós, esse processo de formação. Isso é convênio. Essa renda, como todos nós temos algum tipo de vínculo profissional com alguma coisa, ou temos bolsa de estudos, então, esses convênios, o que a gente recebe, isso vem para a Soweto também.

V.A. – Mas não são vocês que vão lá treinar as pessoas, tem que contratar alguém?

F.J. – Somos nós. O que a gente faz? O que nós fizemos no caso da prefeitura? A prefeitura tem um grupo de dirigentes dos NAEs, Núcleos de assessoria educacional, uma coisa assim, acho que é o nome deles. Nós formamos grupos de monitores que fizeram a formação dos professores dentro da Secretaria de Educação aqui de São Paulo.

V.A. – Mas a Soweto paga esses monitores?

F.J. – Não. A gente faz um convênio, a gente recebe uma verba da prefeitura...

V.A. – E essa verba paga os monitores.

F.J. – Paga os monitores na capacitação. No momento nós estamos fazendo um outro projeto com a prefeitura de Santo André, que é um projeto que recupera um pouco a presença negra em Santo André. Um projeto superinteressante também. Santo André é uma cidade aqui do ABC muito importante, que a gente foi descobrindo que foi um núcleo de presença negra muito forte aqui no ABC, então nós estamos trabalhando em um projeto que se chama... É um nome extenso, mas pegando os velhos da cidade de Santo André. Essa é a forma que a gente achou de sobreviver financeiramente e ter uma autonomia nossa maior. Isso na área de educação.

V.A. - E na área de pesquisa?

F.J. – Na área de pesquisa a gente atua por dentro da Associação de Pesquisadores Negros, juntando os pesquisadores negros do Estado de São Paulo. Temos uma atuação no movimento de mulheres. É um grupo que tenta cruzar pesquisa, assessoria na área de

políticas públicas, com articulação política. Nós atuamos por dentro do movimento de mulheres aqui de São Paulo...

V.A. – Quem faz parte da Soweto?

F.J. – Somos um grupo de umas trinta pessoas, mais ou menos. Eu sou diretor de projetos da Soweto.

V.A. – E mais?

F.J. – E mais quatro mulheres. Tem a presidenta é a Gevanilda Gomes dos Santos, por coincidência, minha companheira, a vice-presidente é uma menina chamada Majô, Maria José Pereira, que veio do Grupo Negro da PUC. Tem a tesoureira, que também é uma mulher, a Alva Helena, que vem de um trabalho mais sindical aqui de São Paulo, e a nossa secretária-geral é a Rosângela, ela é uma professora de uma faculdade aqui a FAAP. É um grupo misto de homens e mulheres, também é uma opção do grupo.

V.A. – Mas é mais São Paulo mesmo?

F.J. – Só São Paulo. A gente optou por ser de São Paulo.

A.P. – Essa capacitação que a Soweto, em convênio com a prefeitura, realiza, tem alguma coisa a ver com a Lei 10.639?

F.J. – Agora nós estamos entrando mais na Lei 10.639. Antes não. Era uma formação mais geral, porque a Secretaria de Educação aqui de São Paulo, por tradição, desde os governos do PMDB, ela sempre teve uma atuação na questão da educação aqui no município de São Paulo. Então a gente pega esse filão aí também, para poder ter uma intervenção nessa área de educação. É um trabalho muito sério, que na atual administração, inclusive da Marta, cresceu muito. Esse trabalho de assessoria nosso, além de capacitação de professores, resultou por exemplo em um projeto da prefeitura de compra de livros voltados à questão racial negra. Foi uma compra grande, a prefeitura comprou cerca de 30.000 títulos de publicações aqui para equipar as

bibliotecas, as escolas. Então, isso foi consequência, porque você capacitava os professores, depois esses professores não tinham acesso às publicações. É um projeto muito importante que o governo federal está encampando também. A ideia é você ter em todas as bibliotecas, títulos voltados à questão racial. Então foi um trabalho que sempre foi realizado aqui na cidade de São Paulo, e a gente trabalha nessa vertente aí também, mais educacional.

A.P. – Estava pensando aqui: você falou que o movimento negro tem a coisa da data, da importância da data. 2001 tem essa... A Conferência Mundial...

F.J. – Esqueci de Durban. Durban foi um momento importante. Eu não fui à Durban. Eu tenho medo de viajar de avião, isso para mim... Só resolvi agora porque eu fui para o Fórum Social Mundial da Índia. Dezoito horas de avião, uma loucura. Mas não teve jeito, eu tive que ir. Mas Durban eu não fui. Mas Durban é um momento superimportante. Mais uma data que é a Conferência Mundial contra o Racismo. Para o movimento negro ela tem dois significados. Além do avanço na discussão... Porque foi uma conferência de governo. Então a gente avançou muito no plano da discussão de políticas públicas. Eu acho que isso foi significativo. E a gente avançou também – é uma visão particular – na concepção de uma abrangência maior do entendimento que a gente tem sobre o racismo no mundo. Em um país como o Brasil o racismo é muito forte e atinge diretamente a nós negros. Até porque a gente é uma maioria populacional. Mas a Conferência de Durban ampliou um pouco esse universo nosso do que é o racismo no mundo. A gente percebeu que existem imigrantes que são vítimas do racismo, existem ciganos que são vítimas do racismo... Eu acho que nós, enquanto movimento negro, a gente tem que ampliar um pouco a nossa visão sobre o racismo, entendendo que aqui no Brasil a gente é hegemônico nisso, porque nós temos uma maioria nacional; mas para você ter um projeto, uma política de Estado sobre a questão racial, ela não pode ser só centrada em nós negros.

V.A. – Vai voltar para o MUCDR... [riso]

F.J. – Vai. Acho que esse é o próximo embate nosso. Eu participo atualmente... Dentro do governo federal, eu optei por não ir para governo, eu nunca participei de governo,

nem do governo municipal, nem quis ir para Brasília, primeiro porque eu não gosto de Brasília. Mas eu participo de um conselho que vai dar muito o que falar dentro do movimento, porque o ministério, a SEPPIR, é dirigido por uma mulher negra, o corpo da direção é quase todo negro, mas a gente tem feito uma discussão dentro do ministério que é interessante. E foi criado um conselho, que se chama Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que é composto por negros, maioria negra, mas você tem dentro do conselho os palestinos, você tem os ciganos, você tem judeus, você tem as organizações de mulheres; a gente conseguiu trazer para dentro do Conselho também a Associação Brasileira de Organizações não-Governamentais, que eu acho que isso vai dar caldo, porque é uma forma... Um pouco o pensamento sobre como é que a gente vai tratar o racismo daqui para frente no Brasil, que é uma discussão complexa. É uma concepção. E Durban contribuiu muito para isso, voltando à Durban. O grande embate dentro da Conferência foi esse, e a gente percebeu, o racismo se manifesta de várias formas no mundo. E no Brasil, para a gente ser exitoso, a gente não pode ficar só dentro de nós. É claro que tem três pilares na minha concepção: a questão de raça, a questão de classe e a questão de gênero, e constroem esse universo novo do racismo no Brasil. Mas eu acho que a gente vai entrar em uma fase nova, que aí a data de 2001 provocou esse debate. E novamente nós vamos nos dividir dentro do movimento, porque a gente vai ter um setor que ainda vai continuar pensando na questão racial centrada na questão racial negra, e vai ter um setor que vai ampliar um pouco mais essa visão de racismo. Eu estou nesse outro lado. Estou nesse setor que acha que deve ampliar mais. Aí, voltando lá atrás, eu acho que a minha não-entrada no Clube Coimbra, me ajudou a pensar dessa forma. Como eu achei um absurdo eu não poder fazer parte daquele agrupamento, é claro que isso teve influência na minha cabeça. Você vai construindo um jeito de pensar o racismo que é um pouco diferente. Eu acho que nós temos que ser a hegemonia do processo, mas que temos que ampliar mais a nossa visão para a gente ter uma política de Estado. A questão indígena no Brasil é fundamental. Você tem que ter uma consideração sobre isso para a gente pensar o racismo no Brasil também. Então eu acho que a gente entra em um novo momento de construção do movimento negro no Brasil, que vai ser essa ampliação, e vai ser um embate novamente aqui. Aí a gente pensa diferente, entre nós a gente vai pensar muito diferente outra vez. E é um embate que é permanente. Esse embate existiu no momento de construção do Movimento Negro Unificado, o MNU era para se chamar Movimento Unificado Contra a Discriminação

Racial. Hoje eu acho que foi certo. Na época eu achava errado. Mas hoje eu acho que quem defendeu o movimento negro como um movimento de negros, foi correto. Porque a gente tinha que se firmar na sociedade brasileira. Hoje, de 1978 para cá já são quantos anos? Sou péssimo de matemática, mas é muito tempo. Então eu acho que hoje a gente já tem, a luta negra já tem um reconhecimento maior, uma legitimidade maior, dá para você poder pensar em uma ampliação. Agora, isso vai ser polêmico. Eu pretendo me dedicar nos próximos anos que eu viver, um pouco para a gente fazer esse debate mais... Numa compreensão maior do racismo no país. Eu acho que é o grande embate nosso.

V.A. – Outra coisa que é também polêmica hoje em dia é a questão das ações afirmativas. Eu acho que passa por aí também, porque tem gente que diz que: “Tem que ser cota só para negros.” Outros que dizem: “Não. É para escola pública.” Outro: “Inclui índio...” Qual é a sua posição em relação a isso?

F.J. – Primeiro a questão das cotas. Na minha trajetória a questão da presença da educação foi fundamental. Como eu te disse, meu pai ficou no primário, minha mãe não conseguiu nem concluir o primário, é praticamente analfabeta, e a influência da educação na minha vida foi muito grande. A própria presença minha dentro da universidade me ajudou muito na minha própria formação profissional, na minha compreensão política inclusive. Eu esqueci de falar uma coisa: na PUC, a gente contou com auxílio muito grande de uma pessoa que chamou-se Otávio Iani. Otávio Iani era lá de dentro da PUC e ele ajudava muito a gente nessa... Até para você conseguir bolsa, ele no período que eu estive na PUC ele dirigia o departamento de bolsas da pós-graduação e também da área de Ciências Sociais, ele conseguia bolsas para a gente. Então, essa questão das cotas, o que eu quero dizer? Ela é fundamental para o debate de ação afirmativa no Brasil. Mas eu encaro de uma forma emergencial. Eu não sou daqueles que acha que a cota é uma solução. Eu acho que a cota serve para a gente entrar, um canal para fazer o debate sobre políticas de ação afirmativa. Até porque ação afirmativa não se restringe só a cotas. A cota entra de uma forma enviesada. Eu não enxergo a educação como a coisa de ascensão do indivíduo. A educação é uma forma de você se inserir na sociedade. Ela é fundamental para isso. A cota tem um problema sério: nós fizemos toda uma movimentação no Brasil – não sou contra cotas, deixa eu apenas explicitar minha visão – toda uma movimentação, se você pegar de 1978 para cá, esse

chamado movimento negro contemporâneo, de dar uma concepção mais coletiva da luta negra no Brasil. Tanto é que essa discussão que nós fizemos de organização do Encontro Nacional de Entidades Negras ser por entidades e não por pessoa, é um pouco já com essa concepção. O que a cota faz? Claro que ela é fundamental para a gente poder ter acesso à universidade, mas ela individualiza o debate sobre a questão racial. Se ela não for acompanhada de um processo de formação política muito grande, e aí a ação do movimento negro é fundamental, a gente pode construir uma elite política no país, mas uma elite política individualizada, o cara que acha ele ascendeu porque ele acha que conseguiu ter acesso a alguma coisa. Os Estados Unidos caiu muito nisso. Se você pegar o governo Bush atualmente, quem está hoje no governo Bush é gente que se beneficiou da política de cotas. Mas você tem uma Condolisa Rice, você tem um Colin Powel. Onde caiu esse povo? Um projeto totalmente autoritário de construção dos Estados Unidos etc. Então, minha preocupação com as cotas é essa. Agora, ele é fundamental. Por isso que eu não sou contra. Mas se a gente não tiver uma intervenção do movimento negro de politização desse debate, e aí sim entrar no debate de ação afirmativa de uma forma mais abrangente e não só restrita a cotas, a gente pode se ferrar. Essa é a minha preocupação. Agora, é claro que a cota também provocou um debate que é: o que é ser negro no Brasil? E está nesse caldo novo. É meio intuitivo isso que eu estou falando, mas a visão sobre o racismo no Brasil está mudando. Eu acho que a geração que vem aí, já vem com uma outra concepção dessa geração que eu fiz parte, que seu pai fez parte, que um monte de gente dessas pessoas que vocês estão entrevistando, que foi mais um momento de afirmação da luta negra. A gente entra agora em uma outra etapa que é: o que a gente entende por ser negro no Brasil? O que a gente entende por racismo no Brasil e no mundo? Porque Durban também influenciou muito essa geração nossa. Não sei o que vai dar isso?

V.A. – Mas o senhor acha que é procedente a ideia de uma cota, por exemplo, escola pública?

F.J. – Sou a favor.

V.A. – E não haver cota para negro, só para escola pública? Ou também, paralelo?

F.J. – Eu acho que as duas coisas. Eu acho que é fundamental. Como é que eu entendo a discussão das cotas em escola pública? Eu acho que cota em acesso às escolas públicas você, de certa forma, fortalece um debate que é recuperar a escola pública no Brasil. Esse é o sentido dessa discussão de cotas nas escolas públicas. Mas a cota para negros é necessária, porque é o setor mais discriminado na questão educacional. É polêmico isso que eu estou te falando. É mais polêmico ainda se você discutir cotas em universidades privadas. Mas em um país como o Brasil, o meu exemplo é o de milhares. A gente conseguiu ter acesso a universidade, não pelo caminho da escola pública, também pelo acesso às universidades privadas. Então, cota em universidades privadas é um debate necessário, assim como cota nas escolas públicas. Mas privilegiando negros e indígenas, eu acho que é um debate interessante. É um momento novo que a gente está vivendo. Eu acho que é um pouco do acúmulo da gente e desse novo modo de pensar o racismo no Brasil. Quem está no governo pensa assim. Não foi tranquila essa discussão com o Ministério da Educação não. Até para a gente introduzir a questão de cotas no debate, foi uma pauleira. E acho que reflete o patamar de discussão que nós chegamos enquanto movimento negro e como é que a sociedade brasileira ainda continua sendo tremendamente racista. Então o debate de cotas ajuda a gente a ampliar esse debate. Mas ele é emergencial. Também não pode só ficar centrado nele por esses dois fatores: a gente tem que ampliar o debate, e também a gente pode correr o risco de criar uma elite política que vai no caminho inverso da nossa geração.

V.A. – Pegando a pergunta o que é ser negro no Brasil, como é que o senhor vê as fotografias que foram alvo de muita polêmica também na UNB?

F.J. – Isso é polêmico. Negro é uma questão de consciência, cada vez mais. Eu tenho dois filhos, uma menina de dezenove anos e um menino de quinze anos. Eles entendem o que é ser negro, mas eles não têm a mesma cabeça que eu tinha na época.

V.A. – Qual época?

F.J. – Nessa trajetória toda minha, desses quase trinta anos de luta negra. Eles pensam totalmente diferente.

V.A. – Como assim?

F.J. – Eles entendem que eles são negros, mas eles já pensam diferente sobre o que é ser negro no Brasil. E aí, eu acho que a gente está vivendo um momento de transição, isso que eu estou falando para você, de um momento de afirmação da luta negra, para uma...

[FINAL DA FITA 2-A]

F.J. – ...Permanente. Volta com a coisa lá do Coimbra. O que eu entendi? Os caras falaram para mim que eu não podia participar de uma reunião porque eu não era negro. Eu insisti e aquilo ali me projetou para uma militância que, talvez, eu não pensasse que ela seria tão intensa. Então eu acho que esse momento que a gente está vivendo é de choque, novamente de choque. A foto na UNB, pode ser que não seja o melhor critério para definir o que é ser negro, quem teria acesso às cotas na universidade. Mas ela trouxe de volta esse debate. Aqui mesmo na Fundação a gente passou um dia inteiro vendo nas fotos quem era negro e quem não era, com o pessoal aqui que não tem militância na questão racial. Mas a foto... Eu conversei com o vice-reitor da UNB, e ele disse: “Foi a maneira que a gente achou para chocar e para provocar o debate aqui dentro. É claro que a gente vai ter que aperfeiçoar isso aí.” Mas eu continuo com a ideia de que a autodeterminação é o melhor critério. Você se diz negro. Na hora que você preenche um documento para você poder concorrer a cota, se você disser que é negro, é isso que tem que valer.

V.A. – Mas mesmo se a pessoa estiver fazendo aquilo de má-fé?

F.J. – Mesmo sendo de má-fé. Eu acho que o mais importante da cota é o debate político que vai existir em torno dela. E o cara que se diz, mesmo que de má-fé, ele vai ser questionado mais lá na frente. É polêmico isso.

V.A. – Eu não entendi a diferença que tem com os seus filhos. Eu queria entender um pouco melhor.

F.J. – Deixa eu só te explicar. A trajetória de vida influencia muito. Se você me pegar, eu saí de Paraguaçu Paulista sem nunca ter vindo para São Paulo, de uma família totalmente pobre, paupérrima. Quando discute as condições de vida eu nem gosto de falar porque eu sou aquariano, eu gosto de ver o lado mais positivo da vida. Mas se você fosse pegar, eu era uma pessoa que não era para dar certo. Tudo para não dar certo, mas a gente se impôs. O que acontece hoje? Por isso que eu acho que a questão de cotas é preocupante. Como a luta negra avançou no país, as nossas condições de vida, pelo menos de uma camada da população, também evoluiu. Hoje eu tenho condição, meus filhos não precisam ter o mesmo esforço que eu tive para se inserir no mercado de trabalho, para se inserir na educação. Minha filha faz Desenho Industrial, tem dezenove anos. A mãe dá aula na FAAP, ela tem bolsa por ser filha de professor. Eu nunca imaginei ter um filho que fizesse Desenho Industrial, se você pegar a minha trajetória. Essa menina tem uma cabeça totalmente diferente da minha, e enxerga o racismo de uma forma diferente, de uma forma mais facilitada. Então ela pensa as relações raciais também de uma forma diferenciada. Tem dois movimentos atualmente nos nossos filhos. Os filhos, alguns deles já estão indo imediatamente para a militância. Você conheceu alguns ontem, que foram os filhos do Miltão. Porque as condições de vida deles continuam sendo muito difíceis. Miltão, até pelo jeito dele de pensar, pelas condições de vida que ele teve, ele não conseguiu acesso a um monte de coisas. Então os filhos dele são filhos que vão...

V.A. – Mas são todos universitários.

F.J. – São todos universitários, conseguiram. E tem a nossa geração das cotas, que é uma coisa mais facilitada para você entrar. Meus filhos por exemplo, eu os vejo como a geração das cotas. Que tem a vida mais facilitada. Esse é o perigo das cotas. Não sei se eu consigo me expressar.

V.A. – Mas ela acha que tem uma relação racial mais facilitada, por que? Porque ela não sofreu tanta discriminação?

F.J. – Não sofreu tanta discriminação. A gente é uma outra geração. Essa geração que está chegando agora... Claro que estou falando de uma parcela da população. Você

continua tendo a juventude que tem as mesmas dificuldades que eu tive, não tem acesso à educação... Tem o dado da violência do crime hoje em dia, que é pesado. O dado das drogas, que é pesado. Eu costumo em falar muito em geração, mas é o que eu penso. Acho que é uma geração diferente da que vem aí. Não sei o que o Amilcar acha disso, mas acho que é um outro... Até porque ele convive com o pai dele que pensa a mesma coisa que eu penso, mas é um outro tipo de envolvimento e que incorporou essa visão de que o racismo é mais amplo também. Por isso que eu acho que é uma nova etapa que se abre. Não sei se eu consigo me explicar. Eu estou tentando pensar atualmente assim.

V.A. – O senhor falou que chegou em São Paulo foi ser *boy* sem conhecer a cidade, e foi fazer contabilidade, e como é que foi a vida profissional em si? O senhor falou que se especializou na questão urbana, e quando o senhor estava trabalhando na firma de material elétrico, que pagava metade da bolsa. A outra metade era com o salário de *boy*. Mas como é que foi?

F.J. – Esse lado eu não falei. Mas eu trabalhei muito tempo, porque o diploma que eu consegui, o diploma de contador, de fato me propiciou entrar nesse mercado de trabalho da chamada contabilidade. Eu trabalhei em grandes empresas aqui em São Paulo. A última que eu trabalhei foi essa firma Maná, de adubos. Mas eu fiz uma opção em um determinado momento, uma opção profissional. Em 1983, quando eu começo a trabalhar com a Luísa Erundina, eu começo a entrar nesse universo das pessoas que trabalham com habitação, com políticas urbanas. E eu começo a estudar mais isso. Eu dou uma guinada. Em 83, na verdade, eu não conseguia mais trabalhar de terno e gravata. Não era aquilo que eu queria na minha vida. Eu dei uma brechada, fiz trinta anos e falei: “Não quero mais saber disso.” Porque não era aquilo que eu queria na minha vida. Eu não vim para São Paulo para fazer essas coisas, embora tenha sido o meu objeto de vinda para cá. Aí, quando eu sou convidado para trabalhar com a Luísa Erundina, eu começo a me especializar nessa chamada política urbana, questões urbanas. Estudei, fiz vários cursos. Eu não consegui continuar estudando porque eu tive que fazer uma opção. A minha família é muito pobre, então o que eu ganhava também era para ajudar meus pais, ajudar meus primos, essa coisa toda. Eu caso com uma menina que estava no mesmo patamar que eu. Aí nós fizemos uma opção: quem de nós vai continuar estudando? Nós só tínhamos dinheiro para ela estudar, não dava para os

dois estudarem. Mestrado e doutorado são muito caros no Brasil, você não consegue bolsa a todo momento. Então eu parei de estudar, aí, de forma individual, eu comecei a estudar a chamada questão urbana. Fiz vários cursos de especialização e entrei por aí. Aí quando a FASE me chama para trabalhar, foi uma opção profissional também. Eu fiquei dez anos na FASE.

V.A. – Lá no rio?

F.J. – Aqui em São Paulo, porque eles tinham um escritório aqui em São Paulo. Aí eu me especializei em trabalhar com favelas e cortiços. Fiz parte do grupo que pensou os projetos de construção de casas por mutirão na cidade de São Paulo e que iniciou a pensar a ocupação dos prédios do centro da cidade de São Paulo. São Paulo tem muitos prédios, principalmente prédios públicos abandonados no centro da cidade. Você deve saber disso. E grande parte dos equipamentos públicos estão no centro da cidade de São Paulo. São Paulo não tem para onde crescer mais, mesmo que você queira construir conjuntos habitacionais, você não tem mais terra na cidade de São Paulo. Então nós começamos a pensar os cortiços da cidade de São Paulo. São Paulo tem muitos cortiços. Os prédios que foram pensados aqui, para moradores de cortiços, eu também fiz parte desse grupo. Isso é uma atividade mais profissional. A vida é muito complicada, você vai indo para lá e para cá e você vai aprendendo coisas. Então hoje eu tenho uma especialidade minha, que é trabalhar a problemática urbana, que é o meu lado profissional. A Fundação, eu estou aqui por outra direção, e como a Fundação é uma coisa ligada ao partido, eu sou do Diretório Nacional e dentro do Diretório Nacional eu fui escolhido como um dos dirigentes que trabalha dentro da Fundação Perseu Abramo. Sou eu, o Hamilton Pereira que é o presidente e está em Brasília, a Selma Rocha a menina que está aqui e eu sou tesoureiro aqui também da Fundação. Cuido da parte administrativa e financeira.

V.A. – Que é o diploma de contador.

F.J. – Que aí ele voltou novamente, ele serviu para alguma coisa mais interessante. É um pouco isso Verena, não sei se ajuda.

A.P. – Você vai ter mais alguma questão?

V.A. – Pode fazer. Vou ter mas pode fazer.

A.P. – É porque eu achei muito interessante a sua fala. A coisa das datas e bem direcionado e bem cronológico. Eu achei muito interessante. Eu acho que seria interessante para a gente ter como registro, um balanço dessa trajetória do movimento negro, com a sua visão crítica mesmo...

F.J. – A nossa geração é vitoriosa. Eu sou bastante otimista em relação a isso. Se você pegar o movimento negro contemporâneo, grande parte daquilo que os movimentos negros no Brasil, desde a abolição para cá não conseguiram concretizar, a gente concretizou, com todas as nossas precariedades. Eu tenho uma avaliação altamente positiva. Primeiro porque a gente faz parte da geração que desmistificou a chamada democracia racial no Brasil. Pelos depoimentos que você vai pegar, toda a nossa trajetória é de tentar quebrar o mito da democracia racial. Hoje em dia ser racista no Brasil é muito mais complicado do que era há trinta anos atrás. O que significa isso? Uma influência da nossa geração de ativistas nesse embate com o Estado brasileiro. Esse é um ponto que eu acho fundamental. A gente melhorou as condições de vida da população negra no Brasil. É a contradição que eu estava falando, que essa nova vida mais facilitada das pessoas, que eu acho positivo, não é negativo você ter vida boa. Mas a gente conseguiu melhorar as condições de vida da população. Quem vem depois da gente não tem as mesmas dificuldades. Isso é sério. Você viver em uma família onde seus pais são analfabetos. Hoje você tem uma outra turma. Os pais de hoje tem uma qualificação, uma formação educacional, uma própria qualificação profissional que é diferente da dos nossos avós, dos nossos pais. Isso também é um avanço na qualidade de vida da população. A participação política é muito ampliada. Às vezes a gente não para para avaliar o que a gente fez no Brasil nos últimos tempos. Se você pegar a quantidade de vereadores negros que nós temos, independente do partido que você esteja, e deputados negros, e fazer a comparação com tempos atrás... O governo Lula. Nós chegamos a ter um momento no governo Lula, que nós tínhamos cinco ministros negros. Isso foi toda uma construção que é datada. Ela começa em 1970, 78. Por isso que eu acho que 78 é um marco fundamental porque dá essa guinada do ponto de vista

do embate político, que é você desmistificar a tal democracia racial. O Brasil sempre foi racista. Um pouco do que o Brasil fez nesses últimos tempos. O Brasil deu uma guinada muito grande. E nós do movimento negro participamos desse processo. Não é a toa, quando a gente nasce em 1978, é o momento onde nasce tudo no Brasil. Nasce a CUT, nasce o movimento de mulheres, nasce o movimento de homossexuais, nasce tudo. O Brasil teve uma mudança muito grande de lá para cá. E o movimento negro fez parte desse processo.

Lula é um corte. O que vem depois de Lula é outra coisa. Mas a gente, enquanto movimento, participou de tudo isso. Então isso que eu chamo... Toda a minha ideia de trabalhar com esses marcos de datas, essa cronologia toda, é um pouco com essa visão que eu tenho de avanço do movimento negro no Brasil. Acho que a gente mudou radicalmente o entendimento do racismo no Brasil. A organização negra, mais para frente a gente vai entender o que a gente fez. E muita gente quando avalia o que é o movimento negro acha que é um movimento fragmentado, um movimento que não tem unidade, que não tem linha política de intervenção, mas tem. Acho que a gente está sendo reconhecido como tal. A gente não parou, até enquanto movimento, para fazer essa reflexão. Mas eu sou desses que acham que a gente teve um papel fundamental na vida da população negra e na vida política do país. E tem os marcos que vão mostrando essa evolução. A gente vai entrar em uma outra etapa, por isso que eu acho que 2002, a eleição de Lula é outro marco, não só para nós negros mas para o movimento social brasileiro de conjunto. O que vem depois... E como petista eu acho que também é um marco. O PT está esgotando a participação, a presença dele no cenário político. Claro que vai permanecer, tem uma vida mais longa do que a gente imagina, mas vão surgir outras coisas no Brasil, e a gente enquanto movimento negro vai ter que se adequar a isso. Por isso que quando eu enfatizo: a gente está entrando em uma nova etapa da compreensão do racismo também, que 2002 é um marco também nisso. Eu insisto nas datas porque eu acho que a gente se organiza de outro jeito, a gente não é... A vinda nossa para cá é datada; a gente chega no Brasil em um determinado ano. O povo negro chegou no Brasil quando? Você tem a data que a gente chegou aqui. Então as datas são muito importantes para a gente. Mas mostra a evolução.

V.A. – Ontem, quando a gente estava lá na casa do Miltão, eles falavam sobre a comemoração dos 500 anos, é outra data: 2000.

F.J. – Essa foi.

V.A. – Eles até falaram que eles foram lá para a Bahia...

F.J. – Eu fui.

V.A. – Você também foi para Porto Seguro?

F.J. – É isso aí.

V.A. – Já teve a articulação que você falou na Colômbia, porque eles estavam discutindo...

F.J. – Começaram com as Américas. Esqueci dessa data também. 2000 também é um momento chave para nós.

V.A. – Desde essa articulação das Américas, que foi em 1999...

F.J. – 2000 é essa aproximação que nós tivemos com o movimento indígena aqui no Brasil. Se você pensar, era um momento muito difícil do governo Fernando Henrique, onde nada acontecia. 2000 o que a gente fez? Sob a direção dos negros e dos índios, a gente enfrentou o governo Fernando Henrique. Disse que o governo não era nada daquilo. Tanto é que o governo não teve nem condição de fazer, na época, a Conferência Regional das Américas que ia ser feita no Brasil, ia coincidir com 2000, que era preparatória para Durban. Fernando Henrique recuou, porque aquilo impactou tanto o mundo, o que aconteceu lá em Porto Seguro... É um momento onde o Estado brasileiro ficou a nu: ele continuava sendo autoritário nas relações raciais no Brasil, porque aquilo que estava em choque. 2000 é outro momento-chave para a gente. Agora, a unidade que a gente construiu com os povos indígenas ali foi muito significativa. Quem ficou em Porto Seguro naquele período, as negociações... Pela primeira vez a gente sentou como liderança indígena e liderança negra para pactuar um embate, uma relação. E isso trouxe, está tendo resultados. 2000 é outro momento-chave.

A.P. – Você estava nessa manifestação?

F.J. – Eu já estava trabalhando na FASE, então não tive condição de ir até lá. Eu fui depois, eu fui no dia. Eu fui do grupo que ficou fora. Nós saímos daqui em dez ônibus, e ficamos presos ali em Eunápolis. Não conseguimos chegar em Porto Seguro. Mas foi legal. Quem ficou na estrada também, foi uma coisa muito bonita porque a gente dialogava com o pessoal que estava preso dentro Porto Seguro, e nós estávamos tentando furar o bloqueio. E não tinha jeito, era suicídio total. A quantidade de polícia que tinha – eu tenho as fotos daquilo – era uma barbaridade. Não sei se você conhece a entrada de Porto Seguro, não tem como entrar. Eles fecharam todo aquele pedaço. Tinha mais de 2.000 guardas, com comboio de dez ônibus, e todo mundo que ia chegando, ia ficando parado ali. E tinha um grupo que defendia que a gente tinha que furar o cerco para chegar ali. Mas não tinha a menor condição. A gente ia ser massacrado, porque a idéia era bater mesmo. Um absurdo, uma das coisas mais assim... Para fora repercutiu muito mais do que aqui internamente. As agências de notícias internacionais, a gente tem muito material sobre isso, foi uma coisa. Agora, foi muito significativo porque ali foi o momento-chave que a gente quebrou o Estado brasileiro. Ali ficou, como sempre eles trataram negros e índios no Brasil. Essa é a leitura de fora, quem vê: “Brasil continua tratando negros e índio a porrada.” Foi o que passou para fora. Uma data importante.

V.A. – E o senhor acha que o Fernando Henrique não teve condições de fazer a pré-conferência aqui por que?

F.J. – Primeiro: Nós discutimos muito com o governo na época, porque aí o Chile se ofereceu para fazer. Eu estava na reunião onde os caras do governo estavam falando assim: “Nós não temos condição moral de realizar isso aqui no Brasil.” Por que o que ia acontecer? A conferência ia ser um momento onde o governo Fernando Henrique ia ser colocado em cheque, porque aquelas imagens estavam muito vivas. Você fazer uma Conferência Regional para discutir racismo, trazendo índios, trazendo todo mundo aqui das Américas para discutir... No Chile a discussão houve, mas se ela tivesse ocorrido no Brasil, para o governo Fernando Henrique seria um desastre. Ele mudou por causa

disso. A avaliação depois, de quem estava dentro do governo, é de que foi um erro o que eles fizeram ali. Porque se eles deixam realizar a atividade, seria uma grande comemoração nossa de contestação aos 500 anos, mas morria ali. Quando eles foram lá e fizeram aquela barbaridade... É uma loucura. O cerco que eles fizeram ali durante uma semana é um absurdo. E o exército... Isso você não pode falar, mas mesmo hoje, dentro das Forças Armadas, tem um setor das Forças Armadas que questiona se essa política que está sendo implementada pelo governo Lula não pode acirrar o ódio racial dentro do país. Em vez de favorecer a população negra, de avançar a luta contra o racismo, se isso não acirra o ódio racial, a discussão de cotas. Há um setor das Forças Armadas que pensa assim, que a cota pode acirrar a luta racial, o ódio racial...

V.A. – Acho que fora do setor das Forças Armadas, muito... Tenho ouvido algumas manifestações também, que isso acirra, porque aqueles que acreditam ainda na democracia racial acham que agora então vai haver racismo.

F.J. – Eu acho assim: A gente vai entrar em uma nova etapa de discussão sobre o racismo, mas eu acho que a relação entre negros e brancos no Brasil não vai ser tão tranquila mais, daqui para frente. Porque tem um setor da população que não vai aceitar isso. São Paulo é isso. São Paulo é uma cidade altamente racista. Só alguns exemplos: eu moro aqui no Ipiranga. Coincidiu, depois quando eu fui morar aqui no Ipiranga, tinha uma grande favela, a favela Vergueiro. Ela foi desmobilizada e boa parte dessa população continuou morando na região, conseguiu comprar casa, conseguiu comprar terreno. Então, a gente tem um pedaço do Ipiranga, o Ipiranga tem um pedaço que é negro e um pedaço que é branco. É assim. Tem uma rua que divide. Olha o absurdo. É só ir lá e você vê. Tem a rua que eu moro, chama rua Oliveira Melo, tem uma rua que chama Mário Vicente que divide, do lado de baixo dela moram os negros e mais próximo do Museu de Ipiranga, que é uma área nobre de São Paulo, moram os brancos. Eu consegui, depois que eu fiquei dez anos na FASE, eu consegui comprar uma casa ali. Eu peguei o meu fundo de garantia, a Gê, minha mulher, também tinha um fundo de garantia, e nós conseguimos comprar uma casa nesse lado de cá da Mário Vicente.

V.A. – Dos brancos?

F.J. – Eu morava em uma casa de aluguel. Tinha um negro que ele era oficial aposentado da Polícia Militar. Eu comecei a procurar uma casa, um belo dia chegou esse senhor para mim e falou assim: “Flávio, eu gosto muito de vocês e queria que vocês morassem na casa que eu moro.” Eu disse: “Como senhor Domingos?” Ele disse: “Eu quero vender minha casa para vocês. A gente precisa continuar morando aqui.” O que significava isso? Nessa parte de cima, moram só três famílias negras. Eu faço parte de uma dessas famílias, eu e meus filhos.

V.A. – Eu não entendi. Esse coronel, ele é...

F.J. – Ele morava em uma casa. Eu aluguei uma casa do lado da dele. Quando eu resolvi comprar uma casa, eu comecei a procurar ali na região.

V.A. – Mas então, o senhor já alugou uma casa do lado dos brancos?

F.J. – Do lado onde moram os brancos aqui do Ipiranga, o bairro é altamente conservador. É o local onde foi proclamada a independência.

V.A. – Mas a casa alugada já era na parte?

F.J. – Na parte nobre. Quando eu estava de aluguel, tudo bem. Aí o senhor Domingos resolveu vender a casa dele para a gente. Foi um choque quando a gente conseguiu comprar a casa, aí passamos a ser... Porque ali eles trabalham muito com a idéia de proprietários. Uma parte foi cumprimentar a gente: “Parabéns, vocês agora são proprietários” como eles. E uma parte até hoje não suporta a gente estar morando ali. Tem coisas no Brasil que são muito loucas.

V.A. – Mas esse coronel já era negro e já morava ali, já era proprietário.

F.J. – Sim. Mas era ele e mais duas famílias em um conjunto grande de casas. Só tinham três famílias negras. O que ele fez? Ele vendeu para a gente, para a gente permanecer ali. E a gente é uma família nova.

V.A. – Então o senhor permaneceu na mesma que o senhor alugava? O senhor alugava do coronel?

F.J. – Eu comprei a casa do coronel, que era do lado da minha.

V.A. – Mas ele não saiu da casa dele?

F.J. – Ele mudou dali, foi morar no interior. Então, a ideia dele foi repassar o lugar que ele estava para a gente continuar morando. O que eu quero dizer com isso? Eu acho que as relações raciais no Brasil, elas vão ter um momento de conflito. Não nos moldes dos Estados Unidos. É uma coisa – não sei se você entende – contraditória que eu estou falando. A gente está ampliando a visão que a gente tem de racismo, enquanto movimento negro, mas eu acho que tem uma tendência da população branca brasileira a reagir contra isso. E essa fala que estou te falando do ódio racial, que é pensada dentro até de organismos de governo, eu sei porque a gente tem acesso às informações, é um pouco... Eu não sei se vai ser tão tranquila a vida aqui no Brasil em torno disso. Porque a gente tem uma elite branca que não vai deixar de graça a gente formar nossos engenheiros, essas coisas todas. Formar a tal da elite política e intelectual no Brasil. A hora que a gente construir isso aí vem problema. Esse é o lado pessimista meu. Eu acho que as coisas não vão ser tão tranquilas. Não porque a gente queira, mas porque a gente tem uma elite que não é fácil. Essa elite paulista, principalmente, não é brincadeira. A elite Sul-Sudeste aqui, ela é complicada. Espero estar enganado, mas...

V.A. – A outra coisa que eu queria saber: sua avó foi a grande... Cultuou bastante a memória do pai dela, não é isso?

F.J. – Foi.

V.A. – Ela contava histórias do bisavô Jorge?

F.J. – Contava.

V.A. – O que ela contava?

F.J. – Ela contava mais, um pouco, as dificuldades de sobrevivência deles mesmo. As trajetórias, as fazendas que eles passaram, um pouco isso: a vida deles, dele como escravo e depois o que ele conseguiu transmitir para ela.

V.A. – Mas ela chegou a conhecê-lo como escravo?

F.J. – Não. Ela já conheceu ele como liberto. Mas pelo que eu vejo dele assim, era uma pessoa muito forte também, participativa...

V.A. – O que ela contava?

F.J. – Tem uma professora de História lá da região que fez uma tese sobre a vida da minha avó. E ela ouviu muito a minha avó. E pelo o que ela fala, ele era uma liderança escrava. E muito do que ela recebeu dele, a personalidade dela era um pouco isso. Ela era uma pessoa muito ativa. Mesmo em uma situação...

V.A. – Ele nasceu aqui ou veio da África?

F.J. – Nasceu aqui. Digamos que é uma pessoa nascida aqui. Eu estou tentando levantar isso. Eu descobri agora de onde eles vieram e tudo. Eu estou um pouco atrás disso aí.

V.A. – E esse estudo dessa professora de História, o senhor tem?

F.J. – É até de uma universidade... A Unesp de Assis, que é uma região lá próxima. Eu posso ter acesso a isso aí. Eu nunca me preocupei de pegar, mas eu conheço a menina até hoje, mas ela tem uma tese... E como ouvi a defesa de tese dela, eu nem me preocupei em ir atrás. Mas é uma tese interessante.

V.A. – E ela conversou muito com a sua avó?

F.J. – Conversou.

V.A. – Sua avó já morreu?

F.J. – Morreu faz tempo. Mas eu acho que é um pouco a história de todos nós. Todos nós temos a influência... Essa coisa de passagem nossa é muito grande. Por isso que o trabalho de vocês é fundamental. E o registro é todo oral, vai passando de geração para geração de uma forma oral. Nunca vai ser a escrita. Isso é próprio da gente. De onde que veio, eu não sei, mas a tradição oral nossa é muito forte. Eu aprendi com a minha avó e passo para os meus filhos. O Amilcar aprendeu com o pai dele e vai passar para os outros, é assim que a gente... É próprio da gente mesmo negro. Não tem jeito.

V.A. – Está ótimo. Quer falar mais alguma coisa?

F.J. – Não. Está bom. [riso]

[FINAL DO DEPOIMENTO]